

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS - ESAN**

**MILENA MISSIANO COMERON RIBEIRO**

**O TEMA SUSTENTABILIDADE E DISCENTES: UMA PROPOSTA  
PARA A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL**

**CAMPO GRANDE - MS  
2016**

**MILENA MISSIONO COMERON RIBEIRO**

**O TEMA SUSTENTABILIDADE E DISCENTES: UMA PROPOSTA  
PARA A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL.**

Trabalho de Conclusão Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP- realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

*Orientadora:* Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosamaria Cox Moura Leite Padgett.

**CAMPO GRANDE - MS  
2016**

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

RIBEIRO, Milena Missiano Comeron. **Sustentabilidade e Discentes: uma proposta para a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP, Escola de Administração e Negócios, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2016, 99p.

Documento formal, autorizando reprodução deste relatório para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Escola de Administração e Negócios e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte deste trabalho pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

**MILENA MISSIONO COMERON RIBEIRO**

**SUSTENTABILIDADE E DISCENTES: UMA PROPOSTA PARA A  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL**

Trabalho de Conclusão Final apresentado como exigência para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública, à banca examinadora, no Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, obteve conceito aprovada.

Campo Grande-MS 29,de junho de 2016.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosamaria Cox Moura Leite Padgett, UFMS - Campo Grande/MS  
Orientadora

---

Prof. Dr. José Carlos de Jesus Lopes, UFMS - Campo Grande/MS  
Examinador Interno

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vera Luci de Almeida, UFGD - Dourados/MS  
Examinadora Externa

---

Me. Claudio Zarate Max, UFMS - Campo Grande/MS  
Membro Técnico

*Dedico este trabalho ao meu filho João, meu esposo Fernando, minha  
mãe Sheila e minha avó Leurinda, pessoas imprescindíveis para a  
minha felicidade.*

## AGRADECIMENTOS

Lembro que me inscrevi no processo seletivo por motivação da minha querida chefe e amiga Fabrícia e quando passei na segunda chamada, foi uma grande surpresa, pois já estava no final da minha gestação. Fiquei apreensiva se aceitava ou não o desafio, mas minha mãe e meu esposo me deram forças e me apoiaram para que eu não desistisse dessa oportunidade.

Sou imensamente grata a Deus pela sua infinita bondade, misericórdia e gratidão para com a minha vida e pelas inúmeras bênçãos que me concedeu. Capacitou-me, orientou-me e deu-me forças para superar todos os obstáculos que passei durante essa jornada.

Agradeço em especial a minha mãe por ser exemplo de guerreira, figura de amor, doação e por acompanhar toda a minha trajetória acadêmica, não limitando esforços para me auxiliar e me dar suporte no que fosse preciso. Sem a sua ajuda e presença com toda certeza não poderia ter chegado até aqui.

Ao meu esposo, que não há palavras para descrever tamanho amor. Sou muito grata a Deus pela nossa união. Marido exemplo de companheirismo, que pacientemente e carinhosamente me ajudou e me encorajou a seguir em frente na busca do meu sonho.

Ao meu filho por nascer na melhor hora possível e me fazer enxergar o mundo de outra maneira, se tornando minha principal inspiração para ser uma pessoa melhor a cada dia.

A minha avó querida que vibrou e se alegrou com cada conquista minha, sempre orando a Deus pela minha vida.

A minha madrinha Sandra, que sempre torceu por mim e se alegrou com cada etapa da minha vida.

Ao meu sogro, minha sogra e minha cunhada que se prontificaram em ajudar sempre que precisei.

A todos os meus Tios, Tias, Primos, Primas e Amigos que torceram e ficaram felizes pela minha conquista.

Aos meus colegas de sala, pois não foi uma turma comum, mas sim uma turma de companheiros, que de forma nobre souberam colocar em práticas os valores da cooperação e companheirismo, tornando a caminhada prazerosa, inesquecível e cheia de aprendizados.

A minha colega Samyra, que me ajudou e dividiu comigo as alegrias e nervosismos. Motivou-me e aconselhou-me quando eu me sentia exausta e desiludida.

A minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosamaria Cox Moura Leite Padgett, que com toda a sua competência e profissionalismo me orientou e me instruiu de forma excelente até o fim. Sendo paciente e muito dedicada comigo.

Aos meus professores por todo o conhecimento adquirido no decorrer da jornada acadêmica.

A toda a equipe da secretaria acadêmica do PROFIAP, pelo apoio e prontidão nos atendimentos.

Aos meus colegas de trabalho, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, em especial as amigas da SECAC/CCBS por me motivarem no meu dia-a-dia e torcerem pela minha vitória.

A Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, por ser minha segunda morada desde a minha graduação, quando ingressei como servidora em 2012 e possibilitar mais essa etapa que foi a pós-graduação. Tenho orgulho de fazer parte dessa instituição.

Agradeço por fim a todos aqueles que direta ou indiretamente me fizeram chegar até aqui.

## RESUMO

O uso exacerbado e descontrolado dos recursos naturais causou um desequilíbrio na sustentação da natureza. Derivada desse desequilíbrio que a sustentabilidade ganhou importância e atenção internacional, emergindo o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS). A fim de alcançar o DS o fator educação se torna indispensável, ressaltando a importância das universidades federais (UF's) na formação de profissionais sensíveis a essa temática. Diante desse contexto a presente pesquisa teve como objetivo propor as áreas responsáveis pela extensão, pesquisa e infraestrutura da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), alternativas de aprimoramento das ações, que envolvem o tema sustentabilidade e que possuem como público afetado os discentes. A metodologia da pesquisa foi dividida em cinco etapas e apresentou os seguintes instrumentos de coleta de dados: informações disponibilizadas nos sites institucionais das UF's, Sistema de Informação e Gestão de Projetos, banco de dados das UF's, questionamentos via e-mail institucional e entrevista. Após a conclusão das etapas observou-se que as UF's possuem projetos relacionados a sustentabilidade, mas em sua maioria não há incentivos específicos para este tema. As UF's estão aos poucos inserindo práticas sustentáveis em suas gestões, apenas 34% delas elaborou o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) e 8% estão em fase de elaboração. Também se verificou que a relação entre os projetos de pesquisa ou extensão com a parte da gestão universitária não é tão comum. O que aponta a necessidade de uma integração maior entre os setores das UF's para a promoção da temática da sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável (DS). Instituição de ensino superior (IES). Discentes. Educação.

## ABSTRACT

The exacerbated and uncontrolled use of natural resources has caused an imbalance in the nature supporting. Due to this no support it is that sustainability has gained importance and international attention, thus emerging the concept of sustainable development (SD). In order to achieve the SD the education factor becomes essential, emphasizing the importance of the Federal Universities (FU's) in the sensitive professionals training to this issue. In this context the present study aimed to propose the areas responsible for extension, research and infrastructure of the Federal University of Mato Grosso do Sul (FUMS), improvement of alternative actions, involving the theme of sustainability and have as public affected learners. The research methodology was divided into five stages and presented the following data collection instruments: information available on institutional websites of FU's, Information System and Project Management, database of FU's, issues via institutional email and interviews. After the conclusion of the stages it was observed that the FU's have projects related to sustainability area, but there are not specific incentives for this subject in most of them. The FU's are gradually putting sustainable practices into their management, only 34% of them developed the Sustainable Logistics Management Plan (SLMP) and 8% of the FU's are in projecting. It was also noticed the relation between the research or extension projects in the university management it is not common, what points out the necessity of a greater integration among the sectors of FU's in order to develop the sustainability subject.

**Keywords:** Sustainable development (SD). Higher education institution (HEI). Students. Educacion.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Quantitativo de ações por tema do PLS.....	51
<b>Tabela 2</b> - Quantitativo de Projetos de Extensão.....	55
<b>Tabela 3</b> - Quantitativo de projetos de pesquisa.....	61
<b>Tabela 4</b> - Quantitativo de projetos de pesquisa e extensão da UFMS.....	74

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Percentual do quantitativo de UF's por região.....	49
<b>Gráfico 2</b> - Relação de UF's por região com quantidade de PLS.....	51
<b>Gráfico 3</b> - Percentual do quantitativo de ações por tema do PLS.....	52
<b>Gráfico 4</b> - Desmembramento do tema "todos".....	52
<b>Gráfico 5</b> - Percentual de projetos de extensão filtrados por área de conhecimento.....	57
<b>Gráfico 6</b> - Percentual de projetos de pesquisa filtrados por área de conhecimento.....	62

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Os dez princípios do Pacto Global da ONU.....	26
<b>Quadro 2</b> - Participantes do Pacto Global da ONU.....	27
<b>Quadro 3</b> - Seis princípios do PRME.....	28
<b>Quadro 4</b> - Principais legislações brasileiras pertinentes a pesquisa.....	30
<b>Quadro 5</b> - Eixos Temáticos da A3P.....	33
<b>Quadro 6</b> - Seções da Investigação.....	37
<b>Quadro 7</b> - Lista de Universidades Federais brasileiras na região Centro-Oeste.....	47
<b>Quadro 8</b> - Lista de Universidades Federais brasileiras na região Norte.....	47
<b>Quadro 9</b> - Lista de Universidades Federais brasileiras na região Sul.....	47
<b>Quadro 10</b> - Lista de Universidades Federais brasileiras na região Nordeste.....	48
<b>Quadro 11</b> - Lista de Universidades Federais brasileiras na região Sudeste.....	48
<b>Quadro 12</b> - Quantitativo de UF's por região.....	49
<b>Quadro 13</b> - Relação de UF's por região com PLS.....	50
<b>Quadro 14</b> - Ações diferenciadas encontradas nos PLS's das UF's.....	53
<b>Quadro 15</b> - Ano de fundação e número de campi das UF,s.....	56
<b>Quadro 16</b> - Quantidade de projetos de extensão filtrados por área de conhecimento.....	56
<b>Quadro 17</b> - Quantidade de projetos de extensão filtrados por ano de início.....	57
<b>Quadro 18</b> - Ano de fundação e número de campi das UF,s.....	61
<b>Quadro 19</b> - Quantitativo de projetos de pesquisa filtrados por área de conhecimento.....	62
<b>Quadro 20</b> - Quantidade de projetos de pesquisa filtrados por ano de início.....	63
<b>Quadro 21</b> - Projetos de extensão e pesquisa encontrados no conteúdo dos PLS's.....	64
<b>Quadro 22</b> - Quantitativo da comunidade da instituição UFMS.....	70
<b>Quadro 23</b> - Ações de Divulgação, Conscientização, Capacitação e do PLS/UFMS/2015.....	71
<b>Quadro 24</b> - Ações de Divulgação, Conscientização, Capacitação do PLS/UFMS/2016.....	72
<b>Quadro 25</b> - Plano de ação.....	77

## **LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1 -</b> Resumo dos processos metodológicos.....	46
---	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública  
CCBS - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde  
CCHS - Centro de Ciências Humanas e Sociais  
CD - Conselho Diretor  
CISAP - Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública  
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
COEG - Conselho de Ensino e Graduação  
COEX - Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis  
COPP - Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação  
COUN - Conselho Universitário  
CPDO - Campus de Dourados  
CPS - Contratações Públicas Sustentáveis  
CSAF - Campus Sustainability Assessment Framework  
CSRC - College of Sustainability Report Card  
CSS - Coleta Seletiva Solidária  
DS - Desenvolvimento Sustentável  
ESAN - Escola de Administração e Negócios  
FACOM - Faculdade de Computação  
FADIR - Faculdade de Direito  
FAENG - Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia  
FAMED - Faculdade de Medicina  
FAMEZ - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia  
FAODO - Faculdade de Odontologia  
FURG - Universidade Federal do Rio Grande  
IBCG - Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande  
IES - Instituição de Ensino Superior  
IES's - Instituições de Ensino Superior  
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior  
IN - Instrução Normativa  
INFI - Instituto de Física  
INMA - Instituto de Matemática

INQUI - Instituto de Química

MEC - Ministério da Educação

MMA- Ministério do Meio Ambiente

NTI - Núcleo de Tecnologia e Informação

ONU - Organização das Nações Unidas

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PEG - Programa de Eficiência no Gasto Público

PES - Projeto Esplanada Sustentável

PLS - Plano de Gestão de Logística Sustentável

PLS's -Planos de Gestão de Logística Sustentável

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PRAD - Pró-Reitoria de Administração

PREAE - Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis

PREG - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

PRME - Principles for Responsible Management Education

PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica

PROCEL EPP - Eficiência Energética em Prédios Públicos

PROCEN - Programa de Eficiência no Consumo de Energia Elétrica

PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho

PROINFRA - Pró-Reitoria de Infraestrutura

PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

PROPP - Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

SAQ - Sustainability Assessment Questionnaire

SAIC/MMA - Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente

SE/MDS - Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

SIGPROJ - Sistema de Informação e Gestão de Projetos

SLTI/MP - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, vinculada ao Ministério do Planejamento

SOF/MP - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SPE/MME - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia

STARS - Sustainability Tracking Assessment and Rating System

TBL - Triple Bottom Line  
UFAC - Universidade Federal do Acre  
UFAL - Universidade Federal de Alagoas  
UFAM - Universidade Federal do Amazonas  
UFABC - Fundação Universidade Federal do ABC  
UFBA - Universidade Federal da Bahia  
UFC - Universidade Federal do Ceará  
UFCA - Universidade Federal do Cariri  
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande  
UFCSPA - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde e de Porto Alegre  
UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
UF - Universidade Federal  
UF's - Universidades Federais  
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo  
UFESBA - Universidade Federal do Sul da Bahia  
UFF - Universidade Federal Fluminense  
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul  
UFG - Universidade Federal de Goiás  
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados  
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora  
UFLA - Universidade Federal de Lavras  
UFMA - Universidade Federal do Maranhão  
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais  
UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso  
UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia  
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto  
UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará  
UFPA - Universidade Federal do Pará  
UFPI - Universidade Federal do Piauí  
UFPB - Universidade Federal da Paraíba  
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco  
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas  
UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia  
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco  
UFRR - Universidade Federal de Roraima  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
UFS - Universidade Federal de Sergipe  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina  
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos  
UFSJ - Universidade Federal de São João Del Rei  
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria  
UFT - Universidade Federal do Tocantins  
UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
UFU - Universidade Federal de Uberlândia  
UFV - Universidade Federal de Viçosa  
UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
UNB - Universidade de Brasília  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura  
UNIFAL-MG - Universidade Federal de Alfenas  
UNIFAP - Universidade Federal do Amapá  
UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá  
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo  
UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana  
UNILAB - Universidade Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
UNIPAMPA - Fundação Universidade Federal do PAMPA  
UNIR - Fundação Universidade Federal de Rondônia  
UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco  
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>22</b>
2.1 SUSTENTABILIDADE.....	22
2.2 INFLUÊNCIAS DO ESTADO NA SUSTENTABILIDADE.....	29
2.3 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NAS QUESTÕES AMBIENTAIS.....	35
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>42</b>
<b>4 SUSTENTABILIDADE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS.....</b>	<b>47</b>
4.1 PLANOS DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS.....	49
4.2 AÇÕES DIFERENCIADAS PUBLICADAS NOS PLANOS DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.....	53
4.3 PROJETOS DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.....	54
4.4 PROJETOS DE PESQUISA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.....	60
4.5 PROJETOS DE EXTENSÃO E PESQUISA PUBLICADOS NOS PLANOS DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.....	64
<b>5 DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL.....</b>	<b>68</b>
5.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL.....	68
<b>6 PLANO DE AÇÃO.....</b>	<b>76</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>78</b>
<b>8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>82</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>91</b>
ANEXO 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	92
ANEXO 2: ENTREVISTA 1.....	93
ANEXO 3: ENTREVISTA 2.....	94
ANEXO 4: ENTREVISTA 3.....	95
ANEXO 5: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA.....	96

## 1 INTRODUÇÃO

A temática sustentabilidade não é um assunto recente, porém obteve maior atenção nos últimos anos, devido as exigências de uma sociedade contemporânea mais preocupada com os padrões de produção e consumo (KRUGER et al., 2011). A relação histórica entre o homem e a natureza, segundo Lopes (2007), é caracterizada pela predominância antropocêntrica do homem sobre os recursos naturais, o que gera a degradação e destruição do meio ambiente.

Aligleri, Aligleri e Kruglianskas (2009) sinalizam que o uso exacerbado dos recursos naturais, comprometeu o equilíbrio do planeta. Portanto é necessário despender atenção para que a sociedade se desenvolva de maneira que não interfira na estabilidade futura.

Segundo Luiz e Pfitscher (2014) antes a preocupação dos indivíduos residia na extração dos elementos da natureza que serviriam para a sua sobrevivência, porém, no decorrer dos anos, essa preocupação se transformou em como resolver a situação de não-sustentação ambiental. A implicação dessa mudança trouxe inúmeras reflexões sobre o desenvolvimento em desacordo com o equilíbrio ambiental, que estimulou a partir da década de 1970, as primeiras discussões a cerca do tema mediante conferências internacionais.

Como produto dessas primeiras discussões, surge o reconhecimento do ser humano como detentor do direito fundamental de viver em um espaço saudável e não deteriorado, e propostas de ações na tentativa de enfrentar as consequências desencadeadas pela degradação do meio ambiente começam a surgir (GALLI, 2012). Também, emerge o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS), que ficou conhecido como "desenvolvimento que garanta qualidade de vida para as gerações atuais e futuras sem a destruição da sua base de sustentação, que é o meio ambiente" (BELLEN, 2002, p. 1).

Devido ao seu grau de importância mundialmente propagado, conforme Luiz (2014) a temática da sustentabilidade começou a despender a atenção tanto dos governos, como da população e das organizações, na busca de uma sociedade que possa garantir um desenvolvimento equilibrado. Para Maimon (1996), o governo opera como regulador e orientador das ações ambientais. Assumindo importante função, seja na criação, realização ou difusão de iniciativas que promovam o DS (KRUGER et al., 2011).

No Brasil a preocupação com as políticas ambientais teve início em meados dos anos 1970 e foi se adequando conforme orientações e direcionamentos recomendados pelas conferências internacionais a respeito do meio ambiente (ALMEIDA, 2002).

As organizações como um dos atores que empenham esforços na tentativa de construção de uma sociedade mais equilibrada, vêm assumindo novos desafios. Elas precisam se configurar aos comportamentos adotados pelo ambiente que estão inseridas. E em meio a constante preocupação dos indivíduos sobre os impactos ambientais, a gestão das organizações começa a acusar transformações necessárias para atender as demandas de posturas socialmente corretas, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009).

No âmbito da Administração Pública brasileira, verifica-se que já existem estímulos legais e voluntários para a inserção da sustentabilidade no ambiente organizacional. Alguns instrumentos que serão abordados nessa pesquisa são: o decreto nº 7.746/2012, que instituiu o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), assim como a Agenda 21 Brasileira, originada da Agenda 21 Global, e também a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), dentre outros importantes mecanismos. Ambos possuem como fator em comum a busca pela sensibilização e conscientização relacionadas ao tema da sustentabilidade.

O fator facilitador e propulsor do DS, segundo Mayor (1998) é a educação. Esse elemento indispensável, segundo Galli (2012) começou a ser inserido nas orientações das conferências internacionais a partir de 1972. Sendo a educação objeto de promoção de uma sociedade mais sustentável, as universidades, como organizações que tem por objetivo ascender o conhecimento e o ensino, se tornam importantes canais facilitadores. Segundo Delors (2004, p. 141):

São as universidades, antes de mais nada, que reúnem um conjunto de funções tradicionais associadas ao progresso e a transmissão do saber: pesquisa inovação, ensino e formação, educação permanente. A estas podemos acrescentar uma outra que tem cada vez mais importância: a cooperação internacional. Todas estas funções podem contribuir para o desenvolvimento sustentável. Na qualidade de centros autônomos de pesquisa e criação do saber as universidades podem ajudar a resolver certos problemas de desenvolvimento que se põem à sociedade.

Tauchen e Brandili (2006) assinalam dois fatores que enfatizam o papel das Instituições de Ensino Superior (IES's) na promoção do DS: a questão educacional como formadora de profissionais inquietos com as questões ambientais e o exemplo prático de gestão preocupada com a sustentabilidade. Pois de acordo com Delors (2004, p.141):

São elas que formam os dirigentes intelectuais e políticos, os futuros diretores empresariais, assim como grande parte do corpo docente. No âmbito do seu papel social, as universidades podem pôr a sua autonomia a serviço do debate das grandes questões éticas e científicas com as quais se confrontará a sociedade de amanhã e

fazer a ligação com o resto do sistema educativo, oferecendo aos adultos a possibilidade de retomar os estudos e desempenhando a função de centros de estudo, enriquecimento e preservação da cultura.

Dessa forma, as Universidades Federais (UF's) como organizações públicas devem adequar tanto a sua gestão como o seu ensino as legislações ambientais vigentes e desempenhar iniciativas de práticas sustentáveis. Contudo, ainda são incipientes as ações notadas nas IES's que tem por objetivo qualificar e conscientizar a sua comunidade sobre a temática sustentabilidade (TAUCHEN, 2007). Um estudo feito por Vázquez, Aza e Lanero, em 2014 na Universidade de León, na Espanha, com 400 graduandos, objetivou identificar os fatores que definem as percepções dos estudantes com relação a responsabilidade social da instituição. Ele relata que as universidades provocam quatro tipos de impactos ao seu redor: educacional, cognitivo, organizacional e social. O primeiro e o terceiro impacto se relacionam com o tema proposto nessa pesquisa.

Com relação ao aspecto educacional Vallaeys (2008) afirma que está vinculado com o preparo dos acadêmicos para uma educação voltada a responsabilidade social, com base em diferentes projetos. Ou seja essa abordagem deve contribuir para estimular uma interdisciplinaridade, articulando o ensino a pesquisa e a extensão. E o impacto organizacional abrange os esforços de trabalho na tentativa de construir um campus responsável, pautado na democracia e na sustentabilidade. Ainda conforme Vallaeys (2008), as universidades precisam servir de modelo de instituições voltadas para o DS, que significa dar abertura a políticas e estratégias que visem esse fim.

Os resultados do estudo na universidade de León confirmaram que os alunos distinguem diferentes facetas da responsabilidade social da universidade, mas que apenas uma afeta a percepção geral: a da gestão interna ou organizacional. Também concluiu-se que há a necessidade das universidades trabalharem mais ações para melhorar a educação dos discentes para a sustentabilidade e responsabilidade social.

A partir desse contexto, a presente pesquisa buscou solucionar a defasagem de práticas, através da procura das ações de divulgação, conscientização e capacitação relacionadas ao tema sustentabilidade que são desenvolvidas no ambiente das UF's, que estejam diretamente relacionadas com os acadêmicos, a fim de levantar um banco de dados sobre essas ações.

Dessa forma, a partir do banco de dados, o objetivo deste estudo é propor as áreas responsáveis pela extensão, pesquisa e infraestrutura da Universidade Federal do Mato Grosso

do Sul (UFMS), alternativas de aprimoramento das ações, que envolvem o tema sustentabilidade e que possuem como público afetado os discentes. De maneira específica objetiva-se:

1. Reunir as ações de divulgação, conscientização e capacitação relacionadas com os discentes publicadas nos PLS's das UF's brasileiras;
2. Apontar o registros de projetos de pesquisa e extensão relacionados com o tema sustentabilidade das UF's brasileiras e verificar se as mesmas os dão incentivos.
3. Descrever se há relação entre projetos de pesquisa e extensão com as ações do PLS.
4. Descrever como o tema sustentabilidade é abordado nas áreas responsáveis pela extensão, pesquisa e infraestrutura da UFMS.

Como já mencionado anteriormente, objetivando contribuir com as UF's, em específico para a UFMS, na busca de aprimoramento das suas práticas de divulgação, conscientização e capacitação relacionadas aos seu corpo discente a pesquisa se torna relevante na tentativa de responder o seguinte questionamento: Como as UF's podem aprimorar suas ações voltadas para os discentes, que versam sobre a sustentabilidade, interligando as áreas de pesquisa, extensão e gestão universitária?

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da pesquisa versará sobre o histórico da importância da sustentabilidade e suas dimensões assim como do Desenvolvimento Sustentável e seus pilares. Enfatizando o papel da educação na construção dos mesmos. Discorrerá em específico da importância desses temas no âmbito organizacional, abrangendo significado de responsabilidade social corporativa, assim como a relevância das organizações em se adaptarem para uma gestão ambiental. Em seguida, será explanado as influências governamentais como força externa, orientando e regulamentando as ações de capacitação, conscientização e divulgação correlatas ao tema da sustentabilidade, com destaque para o Plano de Gestão de Logística Sustentável, determinado pelo decreto nº 7.746/2012, e em seguida elucidar o papel fundamental das universidades federais na formação de profissionais sensíveis as questões ambientais.

### 2.1 SUSTENTABILIDADE

A palavra sustentabilidade tem sua origem epistemológica no latim derivado de “sustentare”, que de acordo com Geiger (2012), significa qualidade ou condição de sustentável. Conforme Mikhailova (2004), um sistema sustentável é aquele que não prejudica os recursos do meio ambiente. A relação homem/natureza tem seus primórdios desde o início da civilização, onde inicialmente o homem extraía do ambiente apenas os recursos suficientes para sustentar suas necessidades fisiológicas (LUIZ, 2014). Mas com a modernização e evolução da sociedade, o desafio de sobrevivência dos seres humanos se transformou em como viver resolvendo as consequências derivadas da utilização desenfreada dos recursos naturais (ALMEIDA, 2002).

Desencadeada a partir da reflexão das implicações do uso exacerbado dos recursos da natureza repetidamente maior que a capacidade natural de regeneração do meio ambiente, que a sustentabilidade ganhou importância internacional (LUIZ et al., 2013).

Segundo Galli (2012), o ano de 1972 foi marcante no que tange as preocupações com o meio ambiente. Pois, foi nele que foi realizada a Primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Da primeira Conferência obteve-se como resultado a elaboração da Declaração de Estocolmo, que foi pioneira em reconhecer como um direito fundamental do

ser humano viver em um ambiente sadio e não degradado e elaborar um plano de ação para tentar enfrentar os problemas derivados da degradação ambiental. Sendo assim, evidenciaram-se as primeiras discussões relatando a preocupação com o meio ambiente (LUIZ et al., 2013). Dessa conferência também obteve-se o reconhecimento da importante e primordial gestão ambiental e da utilização da avaliação ambiental como uma ferramenta de gestão (MEBRATU, 1998). Assim como, de acordo com Galli (2012) os primeiros traços de propostas sobre a educação ambiental começaram a aparecer no princípio 19 da Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano:

É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana (ONU, 1972, p. 5).

Percebe-se que a educação começou a se revelar como instrumento de estímulo para uma consciência ambiental. Ainda, segundo Galli (2012), logo após essa conferência, em 1974, elaborado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), ocorreu o Encontro Internacional de Educação Ambiental, em Belgrado, na Iugoslávia, que se preocupou em elaborar metas e objetivos ambientais, metas e objetivos da educação ambiental e as diretrizes básicas para elaborar um programa de educação ambiental. Ressaltando e assinalando a importância da Educação Ambiental na promoção da sustentabilidade, em 1977, a UNESCO promove a Conferência Mundial de Educação Ambiental em Tbilisi, na Geórgia, que estabelece que a educação ambiental deve compor um ensino geral e permanente, se aplicando a toda a comunidade para que desperte no sujeito o interesse em participar ativamente no processo de resolver problemas dentro de um contexto de realidades estimulando o esforço e o senso na construção de um futuro melhor.

Posterior a essa conferência, em 1987, foi realizada a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), conhecida como Comissão Brundtland, que colocou em discussão a visão crítica do modelo atual de desenvolvimento praticado pelos países industrializados e reportados pelos países em desenvolvimento, detectando o risco da utilização exacerbada dos recursos naturais em relação a capacidade de suporte da natureza (GALLI, 2012).

Em 1992, vinte anos após a Conferência de Estocolmo, no Rio de Janeiro, sucedeu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em que foram

colocadas em análise, as mudanças e as consequências impetradas ao longo desse período, e atribui-se um novo posicionamento para a educação ambiental na busca do Desenvolvimento Sustentável. Dessa conferência três importantes resultados foram obtidos: A carta da Terra, a Agenda 21 Global e a elaboração de acordos e tratados internacionais (GALLI, 2012).

A Agenda 21 Global consolidou a primeira proposta concreta para o Desenvolvimento Sustentável. Ela foi criada para ser um mecanismo de planejamento para edificar sociedades sustentáveis em distintas regiões geográficas, harmonizando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Servindo de orientação para a elaboração das agendas de todos os países, respeitando suas devidas particularidades (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1995).

O Encontro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, mais conhecido como Rio + 10 ou Cúpula de Jonesburgo, aconteceu em Jonesburgo no ano de 2002, e ampliou o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Segundo Galli (2012) o encontro propôs a década (2005 - 2014) da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, enfatizando que a educação para o DS deverá ser incorporada aos processos pedagógicos, à validação do saber e ao funcionamento de instituições educativas.

Machado et al. (2012) assegura que o DS deve estar firmado em três aspectos: econômico, social e ambiental. Estas dimensões podem estar interligadas no âmbito dos indivíduos, das organizações ou da sociedade de forma geral. Segundo Silva (2011), o aspecto econômico como medidas para viabilizar a diminuição das desigualdades de renda e melhorar o padrão de vida populacional. O aspecto social, como as relações necessárias para a melhor qualidade de vida. E o aspecto ambiental, é considerado como as inúmeras interferências do ser humano na construção de um espaço de convívio. A Declaração de Joanesburgo sobre DS em seu princípio 5 destaca o compromisso de fortalecimento dos pilares do Desenvolvimento Sustentável:

Por Consequente, assumimos a responsabilidade coletiva de fazer avançar e fortalecer os pilares interdependentes e mutuamente apoiados do desenvolvimento sustentável - desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental - nos âmbitos local, nacional, regional e global. (ONU, 2002, p. 1).

Similarmente, Sachs (1993, p. 37) detecta que todo planejamento de desenvolvimento deve ter como base as cinco dimensões da sustentabilidade:

Sustentabilidade social: que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por um outro crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma sociedade boa [...].

Sustentabilidade econômica: que deve ser tornada possível através da alocação e do gerenciamento mais eficientes dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados [...].

Sustentabilidade ecológica: que poderá ser melhorada utilizando-se as seguintes ferramentas: [...] intensificando o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida. [...] definir normas para uma adequada proteção ambiental, desenhando a máquina institucional e selecionando o composto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para o seu cumprimento.

Sustentabilidade espacial: que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas [...]

Sustentabilidade cultural: [...] processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

Partindo da divisão de dimensões do DS, especificadamente no âmbito das organizações, foco dessa pesquisa, em 1994 emergiu o termo *Triple Bottom Line* (TBL), como um sistema que procurou materializar o tema sustentabilidade para melhor absorção das empresas (ELKINGTON, 1994). Segundo Oliveira, Martins e Lima (2010) o termo TBL, foi desencadeado com o objetivo de nortear um conjunto de valores, temas e processos que as organizações devem praticar de tal forma que minimizem os impactos negativos gerados pelas suas atividades, visando as três dimensões do DS.

Esse conjunto de valores, temas e processos que as organizações precisam colocar em exercício é caracterizada como Responsabilidade Social Corporativa. Conceituada de acordo com Ashley (2005) como a criação de ações organizacionais que servirão para contribuir e garantir uma melhor qualidade de vida para a sociedade. Ou seja, desenvolver métodos e práticas socialmente responsáveis que gerem para a empresa o compromisso de retribuir os recursos que foram utilizados do ambiente, levando em conta os impactos ambientais causados pelas suas atividades econômicas. Para isso a empresa deverá gerar competência técnica a fim de equilibrar as três dimensões do DS, de forma ética e se propondo a melhorar o futuro da humanidade (ASHLEY, 2005).

A responsabilidade social corporativa está densamente relacionada com os deveres que as organizações possuem para com a sociedade em que praticam suas atividades (KARKOTLI, 2004). A importância dessa responsabilidade se deu nos últimos tempos, como afirma Aligleri, Aligleri e Kruglianskas (2009), devido as organizações começarem a ser vistas como atores sociais, ou seja devem ser responsabilizadas tanto pelas ações realizadas como pelas consequências das mesmas.

Uma iniciativa da ONU na tentativa de criar uma economia global sustentável e inclusiva, que ofereça benefícios duradouros para as pessoas, comunidades e organizações é o Pacto Global das Nações Unidas (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, 2015). Esse pacto global está embasado em dez princípios (Quadro1) derivados da: Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

O Pacto Global das Nações Unidas proporciona apoio as empresas, organizações da sociedade civil, associações empresariais, organizações sindicais, instituições acadêmicas e cidades para que realizem seus negócios de forma responsável, interligando suas estratégias e operações com os dez princípios e para que tomem iniciativas de ações estratégicas buscando alcançar os objetivos do DS, enfatizando a colaboração e a inovação (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, 2015). Atualmente há 21.010 participantes do Pacto Global das Nações Unidas (Quadro 2), enfatizando a presença da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como participante no tipo acadêmico.

**Quadro1 - Os dez princípios do Pacto Global da ONU**

<b>Declaração</b>	<b>Conteúdo</b>
Direitos humanos	As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente
Direitos humanos	Certificar-se de que eles não são cúmplices de abusos dos direitos humanos
Trabalho	As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva
Trabalho	Eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório
Trabalho	A erradicação efetiva do trabalho infantil
Trabalho	A eliminação da discriminação em matéria de emprego e profissão
Meio ambiente	As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais
Meio ambiente	Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental
Meio ambiente	Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis
Corrupção	As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina

Fonte: adaptado de UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, 2015.

**Quadro 2 - Participantes do Pacto Global da ONU**

<b>Tipo</b>	<b>Número de Participantes</b>
Trabalho Mundial	6
Local de Trabalho	52
Associação Global Business	115
Cidade	119
Microempresa	213
Organizações do Setor Público	228
Fundação	485
ONG's Globais	566
Associação de Empresas Locais	828
Acadêmico	831
ONG's Locais	1810
Empresa	5995
Pequena ou Média Empresa	9762
<b>Total</b>	<b>21.010</b>

Fonte: adaptado de UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, 2015.

Gadotti (2008) conclui que o modo de vida embasado na harmonia, no equilíbrio dinâmico e integrado com o meio ambiente, prezando a justiça e a produção pautada no respeito a natureza é a maneira sustentável de se viver. Similarmente Mikhailova (2004) destaca que o DS é a busca pela melhora da qualidade de vida do homem ao mesmo tempo que respeita as limitações do meio ambiente. Sachs (2000) elucida que o homem, ser racional, tem o dever de criar uma economia de permanência visando o seu sustento, mas protegendo a biodiversidade, de tal forma que deixe de lado seus sentimentos egoístas e ambiciosos dando lugar ao uso consciente dos recursos minimizando os danos ao meio ambiente. A partir dessas premissas, se cada ator envolvido, seja os indivíduos, as organizações ou a sociedade em geral, fizerem a sua parte estarão contribuindo para que as futuras gerações também possam usufruir desse ambiente harmônico e equilibrado.

As corporações se veem incomodadas a contribuir para a preservação da natureza, preocupando-se com a limitação dos recursos do planeta, o que despertou a necessidade de inserção de uma gestão ambiental, preocupada em mudar a forma de gerir e a cultura organizacional (VIEGAS; CABRAL, 2015). O termo gestão está vinculado a busca da otimização dos recursos disponíveis, seja de caráter financeiro, material ou humano (MEYER, 2000). Partindo desse pressuposto, Barbieri (2007) defende que a postura das organizações de adotarem novas atitudes em busca de seus objetivos de maneira que englobem as questões ambientais em suas tomadas de decisões e invistam em seus processos tecnológicos e administrativos para que auxiliem na capacidade de suporte do planeta é o caminho para a construção de uma empresa sustentável. Ainda conforme explana Barbieri (2007), a gestão ambiental, ferramenta para o alcance de uma empresa sustentável diz respeito as diversas

atividades administrativas e operacionais elaboradas para acometer as consequências ambientais criadas pelas organizações ou até mesmo para evitar que aconteçam no futuro. Ratificando o conceito de gestão ambiental nos auxilia Tinoco e Kraemer (2004, p. 114), explanando que gestão ambiental:

É o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no ambiente por suas atividades.

Em específico na área do ensino, de iniciativa dos participantes do Pacto Global das Nações Unidas, do tipo acadêmico, em conjunto com reitores de várias universidades, representantes oficiais das principais escolas de negócios e instituições acadêmicas, em 2007, foi desenvolvido um conjunto de seis princípios norteadores (Quadro 3) que servem de base para inserirem uma gestão responsável na área do ensino. Essa iniciativa foi titulada como: Principles for Responsible Management Education (PRME), tentando levar os valores universais e de negócios para dentro das entidades de ensino em todos os lugares do mundo (PRME, 2016).

O PRME conta com 651 participantes, sendo 30 organizações Brasileiras, dentre elas destaca-se a presença de duas universidades federais: a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e da Universidade Federal de Uberlândia.

**Quadro 3 - Seis princípios do PRME**

<b>Princípio</b>	<b>Conteúdo</b>
Propósito	Vamos desenvolver as capacidades dos alunos para serema futura geração devalor sustentável para os negócios e a sociedade em geral e trabalhar para uma economia global inclusiva e sustentável.
Valores	Incorporar em nossas atividades acadêmicas e currículos os valores da responsabilidade social global como retratado em iniciativas internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas.
Método	Vamos criar estruturas educacionais, materiais, processos e ambientes que permitam experiências de aprendizagem eficazes para a liderança responsável.
Pesquisa	Vamos participar de pesquisas conceituais e empíricas que avancem nossa compreensão sobre o papel, a dinâmica e o impacto das empresas na criação de valor social, ambiental e econômico sustentável.
Parceria	Vamos interagir como gestores das corporações de negócios para ampliarmos o conhecimento sobre seus desafios no cumprimento das responsabilidades sociais e ambientais e explorar abordagens eficazes em conjunto para enfrentar esses desafios.
Diálogo	Vamos facilitar o diálogo e apoiar o debate entre educadores, estudantes, empresas, governo, consumidores, meios de comunicação, organizações da sociedade civil e outros grupos interessados e as partes interessadas sobre questões críticas relacionadas à responsabilidade social global e sustentabilidade.

Fonte: adaptado de PRME, 2016.

Todavia, para que a sustentabilidade possa se concretizar no contexto empresarial através da aplicação da gestão ambiental é necessário que haja uma transformação na cultura organizacional, estimulando uma revisão dos paradigmas (TINOCO; KRAEMER, 2004). Somado a esse fator, as pressões e influências de três grandes atores, governo, sociedade e o mercado impulsionam e orientam as mudanças de paradigmas. Se não existissem as pressões da sociedade e as políticas governamentais não se veria o aumento no engajamento das organizações no contexto ambiental (BARBIERI, 2007).

## 2.2 INFLUÊNCIAS DO ESTADO NA SUSTENTABILIDADE

A integração da responsabilidade ambiental nas organizações é um tema recente, que sofre influências externas e internas. Maimon (1996) afirma que o governo atua como força externa orientando e regulamentando as ações ambientais. O Brasil é um país de Estado Democrático, segundo a constituição de 1988 que o rege “[...] destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade [...]” (BRASIL, 1988, preâmbulo). A fim de viabilizar o direito fundamental humano, reconhecido internacionalmente, de poder viver em um ambiente sadio e não degradado, a constituição brasileira em seu art. 225 destaca:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, art. 225).

O governo brasileiro é tripartite, dividido nos seguintes poderes: Executivo (executa as leis), Legislativo (cria as leis) e Judiciário (julga as leis) (BRASIL, 1988). Mediante seu poder de ordenamento legislativo ele pode criar políticas destinadas as questões ambientais, estabelecendo atitudes a serem tomadas pela sociedade e, principalmente, pelas organizações. Oliveira e Gadelha (2014, p. 44) definem a legislação ambiental como "um conjunto de leis, normas, regras e padrões com a finalidade de disciplinar a atividade humana, para torná-la compatível com a proteção do meio ambiente".

No Brasil, as políticas ambientais iniciaram por volta dos anos 1970, enraizadas no modelo comando-e-controle, caracterizado como regulamentações governamentais que

impõem regras e normas obrigando os cidadãos e empresas a cumprirem. Ocultando por um espaço de tempo o modelo da auto-regulação, diagnosticada como aquelas iniciativas que são tomadas pelos atores da sociedade por iniciativa própria (ALMEIDA, 2002).

De imediato as normas ambientais estavam dispersas e não havia uma política integrada que normatizasse a relação do homem com a natureza. Mas após a Conferência de Estocolmo, o panorama dessa situação começou a se modificar e foram sendo inseridas ferramentas para uma gestão ambiental (ALMEIDA, 2002). Logo em seguida, em 1973, no Brasil foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente, que atualmente é o Ministério do Meio Ambiente (MMA), na década de 1980 foi implementada a Lei 6.938/1981, definindo a Política Nacional do Meio Ambiente e, posteriormente, em meados de 1990 o Ministério da Educação determinou que a educação ambiental deveria ser contemplada na educação escolar, de onde partiu a lei 9.795/1999 (TINOCO; KRAEMER, 2004).

Diante do exposto, observam-se algumas legislações importantes a serem destacadas nessa pesquisa como (Quadro 4):

**Quadro 4 - Principais legislações brasileiras pertinentes a pesquisa**

<b>Legislação</b>	<b>Conteúdo</b>
Portaria Interministerial nº 244/2012	Estabeleceu o Projeto Esplanada Sustentável
Lei 9.795/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
Lei 9.605/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.
Decreto nº 7.746/2012	Regulamenta o art. 3º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.
IN nº 12/2012	Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.
Lei 6.938/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Fonte: elaborado pela autora.

Além dos recursos legais, o governo também dispõe de ferramentas estratégicas para a promoção de uma gestão mais sustentável. Como por exemplo os programas: Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que será explanada adiante, Projeto Esplanada Sustentável (PES), Programa de Eficiência no Gasto (PEG), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), Coleta Seletiva Solidária (CSS) e Contratações

Públicas Sustentáveis (CPS), que servem de manual orientador aos gestores, visando o cumprimento da legislação (SOUSA; MADRUGA, 2014).

O PES foi instituído pela Portaria Interministerial nº 244 de 06 de junho de 2012 e veio para integrar as ações com fins de eficiências no uso dos recursos públicos.

Art. 1º Fica instituído o Projeto Esplanada Sustentável - PES, cuja finalidade é integrar ações que visam à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho.

§ 1o A integração das ações previstas no caput refere-se às seguintes iniciativas:

I - Programa de Eficiência do Gasto Público - PEG, desenvolvido no âmbito da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão -SOF/MP;

II - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, mais especificamente o Subprograma Eficiência Energética em Prédios Públicos - Procel EPP, desenvolvido pela Eletrobrás e coordenado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia - SPE/MME;

III - Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, coordenado pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - SAIC/MMA; e

IV - Coleta Seletiva Solidária, no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - SE/MDS (BRASIL, 2012b, art. 1).

Como discorrido, em 1992 foi elaborada a Agenda 21 Global, que serviu de base para a criação da Agenda 21 Brasileira, concluída em 2002 e integrando os Planos Plurianuais do Governo Federal a partir de 2004 (MMA, 2004). A Agenda 21 Global procurou identificar os problemas prioritários, os recursos e os meios para enfrentá-los, assim como as metas para as próximas décadas. E para isso ela objetiva disciplinar e centrar o empenho nas áreas principais, evitando a perda de foco o desperdício e as ações contrárias. Para tanto ela foi dividida em 40 capítulos, e em seu capítulo 36 trata da Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento, a qual é de interesse principal deste trabalho (MMA, 1995).

Tanto o ensino como a conscientização e o treinamento estão inseridos em todos os tópicos da Agenda 21 Global. Mas em específico no capítulo destinado a eles é proposto sugestões gerais que tomam como base a Declaração e as Recomendações da Conferência Mundial de Educação Ambiental em Tbilisi do PNUMA. As áreas do programa descritas no capítulo 36 sobre o ensino, conscientização e treinamento estão explanadas em seguida:

#### 1. Reorientação do ensino no sentido do Desenvolvimento Sustentável:

O ensino, inclusive o ensino formal, a consciência pública e o treinamento devem ser reconhecidos como um processo pelo qual os seres humanos e as sociedades podem desenvolver plenamente suas potencialidades. O ensino tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável [...] (MMA, 1995, p. 429).

2. Aumento da consciência pública: “[...] promover uma ampla consciência pública como parte indispensável de um esforço mundial de ensino para reforçar atitudes, valores e medidas compatíveis com o desenvolvimento sustentável”. (MMA, 1995, p. 434).

3. Promoção do Treinamento:

O treinamento é um dos instrumentos mais importantes para [...] facilitar a transição para um mundo mais sustentável. Ele deve ser dirigido a profissões determinadas e visar preencher lacunas no conhecimento e nas habilidades que ajudarão os indivíduos a achar emprego e a participar de atividades de meio ambiente e desenvolvimento (MMA, 1995, p.436-437).

A agenda 21 brasileira pautada nesses princípios foi dividida em dois documentos diferentes: Agenda 21 Brasileira - Ações Prioritárias, que estabelece os caminhos preferenciais da construção da sustentabilidade brasileira, e Agenda 21 Brasileira - Resultado da Consulta Nacional. De acordo com o MMA (2004, p. 5), o primeiro documento "enumera os desafios emergenciais a serem enfrentados pela sociedade brasileira rumo a um novo desenvolvimento". E o segundo documento "traz as propostas apresentadas nas discussões realizadas em todo o território nacional durante o processo de construção da Agenda 21 Brasileira" (MMA, 2004, p.5).

A referida agenda, apesar de ser um documento elaborado pelo governo, é um produto de interesse coletivo e envolve a sociedade como um todo. Por isso seu método de confecção ressaltou uma abordagem holística da realidade do país, buscando a interdependência dos pilares ambiental, econômico, social e institucional, determinando que sua implementação deveria ser uma rede de parcerias (MMA, 2004).

Outra importante ferramenta elaborada pelo governo, através do Ministério do Meio Ambiente, pautada nas recomendações da Agenda 21, foi a Agenda Ambiental na Administração Pública. Objetivando inserir uma nova cultura dentro das instituições públicas visando o estímulo dos gestores públicos na incorporação de regulamentos e critérios que estabeleçam a gestão ambiental nos processos organizacionais, tendo como base o melhor uso dos recursos naturais e a otimização dos gastos públicos através da racionalização dos bens, do manejo adequado dos resíduos, da licitação sustentável e da promoção da sensibilização, capacitação e qualidade de vida no ambiente de trabalho (MMA, 2009).

A A3P é de caráter voluntário, ou seja, não é uma imposição legal do governo, mas uma orientação buscando o apoio das instituições públicas em adotarem novos padrões de produção e consumo sustentável. Portanto seu principal desafio é tentar promover a

responsabilidade socioambiental na área pública juntamente com o crescimento econômico de maneira sustentável (MMA, 2009).

Para que a A3P obtenha êxito em seu objetivo ela divide suas estratégias em 5 eixos temáticos (Quadro 5):

**Quadro 5 -Eixos Temáticos da A3P**

<b>Eixo Temático</b>	<b>Implicações</b>
Uso Racional de Recursos e Bens Públicos	Evitar o desperdício.
Gestão adequada dos resíduos gerados	Destinar corretamente os resíduos gerados.
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador.
Sensibilização e Capacitação	Mudar os hábitos, comportamento e padrões de consumo.
Licitações Sustentáveis	Promover a responsabilidade socioambiental nas compras.

Fonte: adaptado de MMA, 2009.

Neste trabalho, daremos enfoque no quarto eixo, Sensibilização e Capacitação. De acordo com o MMA (2009, p. 45):

Sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades.

Portanto, para que ocorra a mudança de cultura dentro do setor público é essencial a orientação, informação, capacitação e formação voltadas para a sustentabilidade, impulsionando a troca de hábito. Pois, através de programas e projetos de sensibilização e capacitação, os servidores criarão capacidades tanto técnicas como de consciência para buscarem uma gestão socioambiental.

Somada as ferramentas anteriormente citadas, temos o PLS, criado a partir do Decreto nº 7.746 de 5 de junho de 2012. Estabelecido com o fim de estipular critérios, práticas e diretrizes para que se promova o DS no país, através de aquisições e contratações de serviços e obras na Administração Pública federal além de instituir a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP) (BRASIL, 2012a).

A CISAP tem como Secretária-Executiva a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, vinculada ao Ministério do Planejamento (SLTI/MP). E dentre suas competências, está a presunção do ordenamento para a elaboração do PLS (BRASIL, 2012a).

Com o intuito de normatizar o PLS, a SLTI/MP, emitiu a Instrução Normativa (IN) nº 10/2012, que estabelece as regras para elaboração dos PLS's. Em seu artigo 3º define-se PLS como:

Os PLS são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública (BRASIL, 2012c, art. 3).

O PLS, portanto é um mecanismo de gestão que o governo elaborou para que a Administração Pública possa tentar planejar, dirigir, controlar e monitorar suas ações e planos, visando a sustentabilidade. Com relação ao conteúdo do PLS, a IN nº 10/2012 relata em seu artigo 5º, quatro componentes mínimos, sendo o quarto destacado por essa pesquisa:

1. Atualização do inventário de bens e materiais e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
2. Práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços;
3. Responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano;
4. Ações de divulgação, conscientização e capacitação (BRASIL, 2012c, art. 5).

Assim como, em seu artigo 8º, relaciona esses componentes com sete temas mínimos:

1. Material de consumo (no mínimo papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão);
2. Energia Elétrica;
3. Água e Esgoto;
4. Coleta Seletiva;
5. Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
6. Compras e contratações sustentáveis (pelo menos obras, equipamentos, serviços de vigilância, limpeza, telefonia, processamento de dados, apoio administrativo e manutenção predial).
7. Deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e emissões de substâncias poluentes (BRASIL, 2012c, art. 8).

Consequentemente, o ponto de início é abranger o conteúdo mínimo tendo como direção os sete temas elencados. Como já discorrido, a capacitação é carro-chefe para o sucesso das implementações das ferramentas de gestão ambiental (LUIZ, 2014). Assim como na Agenda 21, na A3P, no PLS também é de fundamental importância. E para isso a IN nº 10/2012 em seu artigo 10º, estabelece que as iniciativas de capacitação afetas ao tema sustentabilidade deverão ser incluídas no Plano Anual de Capacitação das unidades integrantes da Administração Pública federal (BRASIL, 2012c).

A IN nº 10/2012 no artigo 12º estabelece que o PLS deverá ser elaborado e publicado no site dos respectivos órgãos ou entidades públicas, assim como ao final de cada ano serão elaborados relatórios de acompanhamento, evidenciando o desempenho dos órgãos, englobando os resultados alcançados e identificando as ações que serão desenvolvidas ou modificadas no ano seguinte (BRASIL, 2012c).

Dessa maneira, essas medidas podem ser consideradas como forma de controle por parte do governo e da própria sociedade sobre os resultados alcançados e quais os impactos a partir da implementação do PLS.

Em conformidade com o exposto acima, verifica-se a importância que o governo tem em orientar e direcionar a sociedade na tentativa de inserir uma cultura sustentável seja no ambiente organizacional como na sociedade. O governo é incumbido de assegurar que a humanidade possa desfrutar de um ambiente seguro e estável como também de empenhar esforços na construção de consensos entre as áreas ambientais, desenvolvimento e comércio (DIANA, 2012).

Conclui-se também que apesar do contingente de leis, impondo por força legal a postura ambientalmente correta, há também programas e incentivos que buscam estimular o interesse voluntário de adoção da gestão ambiental, estimulando a responsabilidade socioambiental, que de acordo com Aligleri, Aligleri e Kruglianskas (2009), inicia no momento que a lei termina, ou seja são as atitudes pró-ativas das organizações. A UNESCO (1999) afirma que para alcançarmos o progresso sustentável é indispensável a instrução e sensibilização dos cidadãos para que haja uma mudança radical no comportamento dos mesmos.

### 2.3 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NAS QUESTÕES AMBIENTAIS

A principal administração precursora de boas práticas sustentáveis pode-se dizer que é a própria Administração Pública. Além de consumir em alto nível bens e serviços ela é a grande responsável pelo cumprimento das políticas que são implantadas. Motivo pelo qual se justifica que o governo federal deva adotar uma postura estratégica na inferência de novos costumes de consumo e produção, visando a sustentabilidade. Como também é de responsabilidade de todos os órgãos da Administração Pública abrir os primeiros caminhos na

diminuição do consumo dos recursos naturais, visando a redução de seus impactos no meio ambiente (MMA, 2009).

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES's), como órgãos públicos, se enquadram nessa administração consumidora de bens e que precisa dar início a gestão ambiental. Conforme Tripolone e Alegre (2006) a universidade está contribuindo para a construção do futuro da sociedade, provocando variadas reflexões a cerca do seu papel no cenário atual. Pois, acima de tudo ela é "uma instituição social, cujo papel é altamente relevante: oferecer educação superior e formar a elite intelectual e científica da sociedade a que serve" (TRIPOLONE; ALEGRE, 2009, p. 33). Na qual os atores envolvidos no processo educacional se interagem, expandindo e adquirindo conhecimentos e habilidades objetivando entender e agir a respeito da realidade que os cercam. Dessa maneira, as IFES's comportam uma responsabilidade indispensável na construção de uma sociedade mais educada para as questões ambientais.

Tauchen e Brandili (2006) detectam duas correntes de pensamento que destacam o papel das Instituições de Ensino Superior (IES's), na promoção do Desenvolvimento Sustentável. Uma se caracteriza pela questão educacional como um exercício básico para que, através da formação originada pelas IES's, haja influência na qualificação dos acadêmicos, futuros tomadores de decisão, de tal forma que incluam em suas profissões a inquietação pelas matérias ambientais. E a outra reside na atitude das IES's de implementarem Sistemas de Gestão Ambiental em sua estrutura organizacional, para servirem de exemplo prático de uma gestão preocupada com a sustentabilidade.

Segundo Mayor (1998), a educação é o acionador do DS. Ela deve ser proporcionada a todos os participantes da sociedade, para que todos possam ter as mesmas chances de instruções no decorrer da vida. A importância da educação na promoção do Desenvolvimento Sustentável é destacada internacionalmente desde a Conferência de Estocolmo. A Agenda 21, pautada nos documentos internacionais, também ressaltou o ensino como essencial e buscou direcioná-lo nos capítulos de seu documento. Assim como a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI reforçou que a educação é um dos pilares básicos dos direitos humanos, da democracia, do DS e da paz (UNESCO, 1998).

Um estudo recente de Lozano et al. (2014), buscou analisar se a partir das discussões sobre os tratados e documentos assinados internacionalmente, houve um melhor desempenho na implementação da educação para o DS no âmbito das IES's. Para isso a pesquisa entrevistou 84 pessoas de 70 instituições do mundo, utilizando-se de 121 questões fechadas e 107 abertas. A distribuição regional dos entrevistados mostrou que aproximadamente 80%

dos entrevistados eram da Europa, seguida pela América (16%). E as respostas provenientes da África, Ásia e Austrália foram inferiores a 2% cada. A investigação foi dividida em oito seções (Quadro 6):

**Quadro 6 - Seções da investigação**

<b>Seção</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>1</b>	Documentos e acordos assinados pelas instituições.
<b>2</b>	Quadro Institucional, incluindo as políticas, visão e missão.
<b>3</b>	As operações praticadas no campus, como a quantidade de energia e água utilizada, gases emitidos, resíduos gerados, reciclagem, transporte, compras de materiais, acessibilidade, igualdade e diversidade.
<b>4</b>	Ensino, como foco em cursos, programas que gerem a transdisciplinaridade e revisões curriculares.
<b>5</b>	Pesquisa/investigação, incluindo centros de investigação, interligação entre pesquisa e ensino, publicações, patentes, novos conhecimentos e tecnologias e transdisciplinaridade.
<b>6</b>	Extensão, envolvendo a colaboração com outras IES's, e as partes interessadas não-acadêmicas (empresas, organizações não-governamentais e governos).
<b>7</b>	Experiências trocadas no campus, incluindo grupos inter-faculdades de trabalho, experiências de estudantes dentro e fora do campus, envolvimento dos funcionários.
<b>8</b>	Avaliação e elaboração de relatórios, comunicação e divulgação, rankings nacionais das IES's sobre sustentabilidade e rankings internacionais das IES's sobre sustentabilidade.

Fonte: adaptado de Lozano et al., 2014.

Dos resultados da pesquisa, na seção 1, concluiu-se que 40% dos inquiridos indicou que a IES havia assinado um documento de compromisso internacional, 33% responderam que a IES não havia assinado e 26% não sabia se a IES havia ou não assinado. Com relação a seção 2, foi apresentado que a maioria dos entrevistados indicou que a IES incorporou em seu quadro institucional princípios do DS. A respeito da seção 3, as respostas indicaram que as operações praticadas no campus mais conhecidas são, a reciclagem, igualdade e diversidade. E as menos reconhecidas são as ações sobre redução de gases de efeito estufa, gestão de resíduos, gestão de controle da água e promoção de produtos de comércio com produção local. Sobre a seção 4, temos que as respostas revelaram que a maior frequência de ações na educação são: possibilidade de ter aulas em outras faculdades, integração de cursos sobre DS em alguns programas, escolas e outras faculdades, a presença de um curso opcional sobre DS, assim como palestras sobre o DS, inserção do tema no mestrado, fomentar a educação sobre o DS aos educadores. Mostrando ainda um foco limitado sobre a elaboração de programas para formação de pessoal para o DS.

Sobre a seção 5, as respostas da pesquisa mostraram que o mais frequente, foi ter um instituto de DS ou centro de investigação, financiamento para as pesquisas no assunto, e fomentar a ligação entre as ciências sociais e naturais. A seção 6 ressaltou sobre a aplicação do tema DS na sensibilização da comunidade, revelando que a maioria dos entrevistados indicou como mais frequente a colaboração com outras IES's na elaboração de eventos

abertos ao público, atividades conjuntas com outras IES's de investigação, docentes envolvidos em atividades de DS, conselhos consultivos e promovendo a interdisciplinaridade. A seção 7 mostrou que os temas mais conhecidos foram grupos de faculdades e participação dos alunos em trabalhos sobre DS. E a última seção mostrou que a maioria dos tópicos teve baixo reconhecimento pelos entrevistados. Sendo a avaliação e a comunicação a despeito das atividades de DS as mais reconhecidas.

Como conclusão da pesquisa, os autores relataram que na Europa o interesse das IES's em integrar o DS em seu ambiente foi mais forte que em outros locais. Porém, no geral, tem havido considerável inserção do tema DS no sistema das IES's. Também, ficou evidente que as iniciativas para o DS são tratadas por compartimentos e não de forma holística e integrada. Assim como foi detectada a ligação entre a assinatura de um documento internacional, o fornecimento de um quadro favorável para o DS e a incorporação do mesmo na IES (LOZANO et al., 2014).

De forma parecida Kamal; Assmuss (2013) desenvolveram uma pesquisa com o objetivo de identificar uma ferramenta de avaliação para comparar o desempenho da sustentabilidade no contexto da Universidade de Saskatchewan. Neste estudo é exposto as cinco áreas dentro dos campus universitários que servem para melhorar o desempenho da sustentabilidade nas IES's. As cinco áreas identificadas na pesquisa como fundamentais para promover o Desenvolvimento Sustentável são: educação, pesquisa, o engajamento da comunidade, as operações dentro da instituição e a política de governo da instituição.

Para averiguar qual ferramenta é melhor para avaliar e mensurar a sustentabilidade no contexto da universidade estudada foram utilizadas as seguintes ferramentas: Sustainability Assessment Questionnaire (SAQ), Campus Sustainability Assessment Framework (CSAF), College of Sustainability Report Card (CSRC) e Sustainability Tracking Assessment and Rating System (STARS). Cada ferramenta foi avaliada e analisada com base em 27 questões desenvolvidas para relacionar diretamente os indicadores de sustentabilidade com as cinco áreas identificadas.

As conclusões a respeito dessa análise foi que a CSRC é a melhor ferramenta para as áreas de política de governo e operações, porém é ineficaz no trato da educação e pesquisa. As ferramentas SAQ e CSAF atingiram pontuações medianas em todas as áreas. E a STARS foi a que melhor obteve pontuações. Sendo, portanto, a identificada como a melhor ferramenta de benchmarking para avaliar e mensurar a sustentabilidade nas cinco áreas da Universidade de Saskatchewan. Diante do exposto percebe-se que a educação sempre é

identificada como um elemento fundamental para a promoção do DS, devendo despender atenção e recursos das instituições de ensino (KAMAL; ASSMUSS, 2013).

Segundo a Lei nº 9.394/1996 a educação é dever da Família como também do Estado, e engloba os processos formativos que se desenvolvem tanto na vida familiar, como na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa e nos movimentos e manifestações culturais (BRASIL, 1996). A educação ambiental, como um dos propulsores do DS é componente indispensável e de caráter permanente no ensino nacional e está regulamentada pela Lei nº 9.795/1999, que a conceitua:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, art. 1).

Portanto, a educação ambiental tem como base a cidadania e a promoção do DS, tentando resgatar a função de atuante transformador que o ser humano possui diante da realidade que vive, questionando seu estilo e qualidade de vida. Dessa forma, segundo Xavier (2013), as IFES's devem usar a educação ambiental como instrumento de formação para ser colocado em prática o que ensinam na teoria.

As instituições de ensino são aquelas organizações que tem como função a ascensão do conhecimento mediante o ensino (KRUGER et al., 2011). As IES's, de acordo com sua organização, são credenciadas de três maneiras distintas: faculdade; centros universitários e universidades (BRASIL, 2006). Neste trabalho vislumbra-se apenas as universidades, caracterizadas por Tauchen (2007, p. 34), como "instituição pluridisciplinar de formação de quadros profissionais de nível superior, que se caracteriza pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e goza de autonomia financeira, administrativa e acadêmica". Tauchen (2007) baseou esse conceito pautado na Constituição Brasileira de 1988, que em seu art. 207 define que "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (BRASIL, 1988, art. 207).

Conforme elucidada a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI, a educação superior tem mostrado vasta prova de sua viabilidade na transformação e indução de mudanças e progressos na sociedade. Ela atua como componente primordial no desenvolvimento cultural e também socioeconômico dos indivíduos (UNESCO, 1998).

Ainda, a declaração afirma que a missão e os valores fundamentais da educação superior para desencadear o DS e o melhoramento da sociedade como um todo devem ser conservados, robustecidos e estendidos com o fim de:

1. Educar e formar pessoas altamente qualificadas, cidadãs e cidadãos responsáveis, capazes de atender às necessidades de todos os aspectos da atividade humana [...].
2. Prover um espaço aberto de oportunidades para o ensino superior e para a aprendizagem permanente [...] visando construir capacidades endógenas e consolidar os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a democracia e a paz em um contexto de justiça.
3. Promover, gerar e difundir conhecimentos por meio da pesquisa e, como parte de sua atividade de extensão à comunidade [...].
4. Contribuir para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural.
5. Contribuir na proteção e consolidação dos valores da sociedade, formando a juventude de acordo com os valores nos quais se baseia a cidadania democrática [...].
6. Contribuir para o desenvolvimento e melhoria da educação em todos os níveis, em particular por meio da capacitação de pessoal docente (UNESCO, 1998, art. 1).

Por conseguinte, as IFES's não podem deixar de lado seu compromisso com o DS, pois, são o ambiente gerador e difusor do conhecimento e do saber, assim como são modelos de protagonistas no emprego do que é propagado pelo seu próprio ensino (XAVIER, 2013). Como também afirma Delors (2004, p. 142) "nunca se insistirá bastante na importância do papel que as instituições de ensino superior locais e nacionais podem desempenhar na elevação do nível de desenvolvimento do seu próprio país".

Nas IFES's, a sensibilização para as questões ambientais além de ser obrigatória nas atividades fins ensino, pesquisa e extensão, também deve ser promovida na área administrativa, como forma de propagar o exemplo de organização ambientalmente comprometida (LUIZ, 2014). Formando um conglomerado de conscientizações, sejam voltadas aos servidores, aos discentes ou docentes para que na totalidade haja um melhor desempenho na busca pelo DS.

Como a presente pesquisa versa sobre as ações destinadas apenas aos discentes, para tentar inserir uma cultura e consciência mais sustentável na sua formação, as IFES's podem utilizar como ferramentas as suas atividades fins, a pesquisa e a extensão. Pois como estabelecido no art. 10 da Lei nº 9.795/99, a educação ambiental deverá ser cultivada como uma atividade integrada, não devendo ser implementada como disciplina particular na grade curricular de ensino (BRASIL, 1999). Portanto, fomentar a pesquisa e a extensão em temas sustentáveis pode cumprir o dever legal de integrar a educação ambiental de forma dinâmica e

ter como consequência a formação de profissionais incomodados com o meio ambiente. Similarmente, Delors (2004, p.142) defende:

Dado o papel crescente desempenhado pelo saber científico e tecnológico na sociedade, indústria, trocas econômicas e na aplicação da pesquisa aos problemas do desenvolvimento humano, é extremamente importante que as instituições do ensino superior mantenham um potencial de pesquisa de alto nível nas suas áreas de competência.

As finalidades da educação superior na realidade brasileira são regulamentadas pelo art. 43 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e dentre elas temos o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica e a promoção da extensão (BRASIL, 1996). A pesquisa e investigação científica têm como intuito cooperar com a evolução do conhecimento humano, através de métodos sistematizados e planejados com rigor em seu processamento de informações (CAMPOS; SANTOS; SANTOS, 2009). A extensão universitária de acordo com o I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987, p. 11) é conceituada como:

O processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico [...].

Essas duas modalidades, pesquisa e extensão podem servir de instrumentos para criar a sensibilização dos discentes, auxiliando as IFES's no enfrentamento dos seus desafios. Desafios que de acordo com Xavier (2013) são: responsabilidade de formar profissionais expressamente qualificados e empenhados no desenvolvimento cultural, social, econômico e ambiental, colaboração com os setores produtivos, inserção e inclusão social, a redução das disparidades regionais e o esforço na produção e difusão do conhecimento mediante ações de qualidade no ensino, pesquisa, extensão e na gestão.

### 3 METODOLOGIA

Lakatos; Marconi (1992, p. 40-41) definem que "método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido [...]." Portanto traçar o caminho para alcançar um objetivo é de extrema importância para assegurar um resultado mais seguro e válido. A pesquisa segundo Gil (2011) é definida como o processo formal e sistêmico de desenvolver o método científico. Podendo ser classificada em exploratória - com a finalidade de desenvolver, conhecer ou modificar conceitos - em descritiva - com o fim de detalhar e descrever as características e peculiaridades de determinada população ou fenômeno - e a explicativa - que busca identificar as causas e fatores que condicionaram determinados acontecimentos.

Segundo Dalfovo, Lana e Silveira (2008) para aplicabilidade da pesquisa, há duas estratégias de abordagem: qualitativa e quantitativa. Os estudos qualitativos se caracterizam por compreenderem os significados que as pessoas constroem sobre o seu mundo e as experiências nele vividas e como instrumento de pesquisa o pesquisador é a peça fundamental (MERRIAM, 2002). Segundo Diehl (2004) a abordagem quantitativa é aquela que trata as informações e a coleta de dados de forma quantitativa, mensurando estatisticamente de forma a minimizar as possíveis distorções na interpretação e análise dos resultados.

A presente pesquisa com relação aos seus objetivos é de caráter exploratório utilizando de técnicas da abordagem qualitativa. Como instrumentos de pesquisa se fez necessária a aplicação de entrevista semi-estruturada e a análise de documentação de pesquisas bibliográficas, provenientes principalmente de informações disponibilizadas via internet. Destacando os sites institucionais das UF's brasileiras e o site oficial do governo do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGPROJ).

A entrevista segundo Gil (2011) é a técnica que possibilita ao investigador a formulação de perguntas, frente ao investigado na tentativa de obtenção dos dados necessários para a análise da pesquisa, sendo suscetíveis de classificação e quantificação. A pesquisa bibliográfica é caracterizada como material já elaborado provenientes de livros, artigos científicos, teses, monografias dentre outras contribuições já publicadas. A tipologia amostral é não probabilística por acessibilidade e conveniência, ficando restrita apenas as Universidades Federais do País. Gil (2011) assegura que esse tipo de amostragem aplica-se

geralmente em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é necessário um nível elevado de precisão.

De acordo com o método de pesquisa adotado, o trabalho foi dividido em cinco etapas. Sendo as quatro primeiras necessárias para a construção do capítulo 4 (sustentabilidade nas universidades federais brasileiras) e o último para a elaboração do diagnóstico organizacional.

A primeira etapa consistiu em consultar os sites oficiais de cada UF's para verificar quais divulgaram o PLS a fim de reunir as ações de divulgação, conscientização e capacitação direcionadas para os discentes descritas em cada PLS. A opção pela coleta de dados via internet se justifica pelo fato da própria legislação que rege o PLS determinar que deverão ser divulgadas todas as informações nos sites institucionais ou página criada especialmente para o plano.

Dessa busca obteve-se que das 63 UF's brasileiras cadastrados no Ministério da Educação (MEC, 2016), apenas 22 divulgaram o plano. Para as 41 universidades que não disponibilizaram o PLS, entrou-se em contato mediante a ferramenta "fale conosco", "ouvidoria" e e-mail institucional para verificar se realmente não criaram o plano. Desse contato obteve-se retorno de 12 universidades informando que 7 ainda não possuem o plano e 5 estão em fase de elaboração. Ou seja 29 universidades não deram o retorno.

Partindo dessa coleta de dados, foi feita a análise dos 22 planos existentes, extraindo-se as ações voltadas para capacitação, conscientização e divulgação direcionadas ao corpo discente. Após a coleta das ações, elas foram agrupadas em ações de capacitação, conscientização e divulgação e depois cada ação foi categorizada de acordo com os temas mínimos do PLS (água e esgoto; energia elétrica; coleta seletiva; deslocamento de pessoal; material de consumo; qualidade de vida no ambiente de trabalho e contratações sustentáveis). Para aquelas que abrangiam todos os temas utilizou-se a nomenclatura "todos". Em específico para essas ações desmembrou-se em três grupos: disseminação de informações (ações que visam difundir as informações), incentivos/estímulos (ações que visam estimular ou incentivar atitudes sustentáveis) e educação ambiental (ações que visam educar para a sustentabilidade).

A segunda etapa, visando apontar os registros de projetos de extensão e de pesquisa das 63 universidades federais brasileiras cadastradas no MEC, que abordam o tema sustentabilidade, foi efetuada utilizando o site oficial do SIGPROJ, que consiste em uma ferramenta do governo desenvolvida pela parceria do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e a UFMS com o intuito de dar assistência no planejamento, gestão, avaliação e publicidade dos projetos de extensão, pesquisa e assuntos

estudantis desenvolvidos e executados nas universidades brasileiras, sob a coordenação do MEC (SIGPROJ, 2015).

Primeiramente foi consultado o quantitativo de projetos cadastrados no SIGPROJ para cada UF no período de 06 de janeiro de 2016 a 08 de janeiro de 2016. Do resultado dessa consulta verificou-se que apenas 10 universidades tinham mais de 1000 projetos de extensão cadastrados e apenas a UFMS possuía projetos de pesquisa cadastrados. Na sequência, para essas UF's foi feita a filtragem dos projetos inserindo no campo título e palavra chave os seguintes termos: sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e sustentável. Estes três termos foram determinados de acordo com a revisão bibliográfica e com o exercício de busca realizado pela pesquisadora nas plataformas de bancos de dados.

Em seguida entrou-se em contato, via e-mail institucional, com as 53 UF's, que possuem menos de 1000 projetos de extensão cadastrados e com as 62 UF's, que não possuem projetos de pesquisa cadastrados, para solicitar orientação de como acessar o banco de projetos da instituição para posterior filtragem dos projetos.

Com relação aos projetos de extensão, 25 UF's deram o retorno, sendo 1 com banco de dados sigilosos, 1 que o sistema de gestão de projetos está em implantação, 10 que possuem filtragem apenas por título, 5 que não possuem filtragem e 8 que possuem a filtragem tanto por título como por palavra-chave, sendo estas utilizadas para análise.

Os projetos de pesquisa obtiveram retorno de 26 UF's, sendo que 4 possuem banco de dados sigilosos, 1 que o sistema de gestão está em implantação, 2 que não possuem filtragem, 11 que possuem filtragem apenas por título e 8 que possuem a filtragem tanto por título como por palavra-chave, sendo estas utilizadas para análise.

Logo após a filtragem dos projetos de cada UF's, eles foram agrupados por período e pelas grandes áreas de conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq):

1. Ciências exatas e da terra; 2. Ciências biológicas; 3. Engenharias; 4. Ciências da saúde; 5. Ciências agrárias; 6. Ciências sociais aplicadas; 7. Ciências humanas; 8. Linguística, letras e artes; 9. Outros.

Para os projetos que não informavam a área de conhecimento foi utilizada a nomenclatura "sem informação".

A classificação das áreas de conhecimento de acordo com a CNPq, tem a finalidade de praticidade e agilidade para sistematizar as informações sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, em específico para aqueles relacionados aos projetos de pesquisa e recursos humanos (CNPQ, 2015).

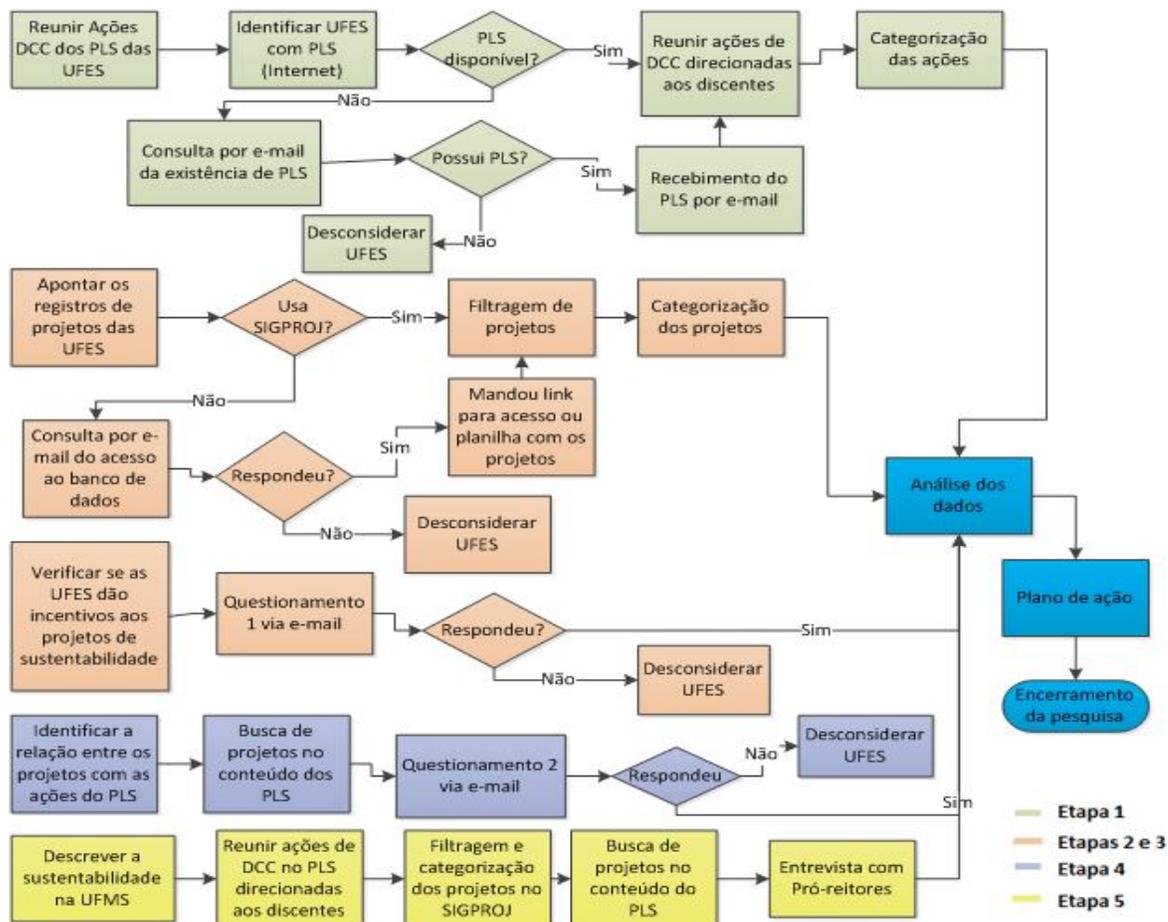
A terceira etapa a fim de descobrir se as UF's, dão incentivo ou utilizam algum mecanismo para promover projetos de sustentabilidade, foi feita mediante questionamento, via e-mail institucional, para as pró-reitorias responsáveis pelo setor de pesquisa e de extensão, com a seguinte pergunta: "A instituição de ensino oferece algum tipo de incentivo para estimular projetos de pesquisa/extensão relacionados ao tema sustentabilidade?" (questionamento 1). Dessa etapa a UFMS foi excluída, pois esse questionamento será abordado na etapa 5, que consiste na entrevista.

Na tentativa de descobrir se existe relação entre os projetos com os PLS's, a quarta etapa de forma similar a anterior, foi feita via e-mail institucional, questionando as UF's, que possuem o PLS, com a seguinte pergunta "Na sua instituição de ensino há algum projeto de pesquisa ou extensão que objetiva auxiliar o PLS? Se a resposta for afirmativa, por favor, cite os mesmos" (questionamento 2). Os e-mails foram encaminhados aos pró-reitores de pesquisa e de extensão e ao responsável pelo PLS, sendo considerada para a análise a resposta de pelo menos um deles. Da mesma forma que na etapa 3 a UFMS foi excluída desta etapa, pois será abordado na entrevista (etapa 5).

Por fim a quinta e última etapa se concretizou com a entrevista semi-estruturada, de 60 minutos, aplicada com os pró-reitores da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PREAE) (entrevista 1), da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPP) (entrevista 2) e da Pró-reitoria de Infraestrutura (PROINFRA) (entrevista 3) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, visando descrever como o tema sustentabilidade é abordado nessas áreas, se há incentivos para este tema e se há relação entre o PLS da instituição e seus projetos.

A Figura 1 apresenta de forma resumida os processos metodológicos utilizados na pesquisa.

**Figura 1-** Resumo dos processos metodológicos



Fonte: elaborado pela autora.

A etapa 1 foi elaborada a fim de alcançar o objetivo de reunir as ações de divulgação, conscientização e capacitação relacionadas com os discentes que estão publicadas nos PLS's das UF's brasileiras. As etapas 2 e 3 foram necessárias para apontar os registros de projetos de pesquisa e extensão de cada UF brasileira que estejam relacionados com o tema da sustentabilidade assim como verificar se as mesmas dão incentivos. A etapa 4 buscou descrever se existe relação entre os projetos de pesquisa e extensão com as ações do PLS. E por fim a etapa 5 possibilitou descrever como o tema sustentabilidade é abordado nas áreas responsáveis pela extensão, pesquisa e infraestrutura da UFMS.

## 4 SUSTENTABILIDADE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Neste capítulo serão apresentados os dados e informações obtidos a partir da análise dos PLS's e da busca dos projetos de pesquisa e de extensão de cada UF.

A pesquisa foi feita com as 63 UF's brasileiras cadastradas no MEC, relacionadas nos Quadros 7, 8, 9, 10 e 11 e o Quadro 12 sintetiza o total de UF's por região.

**Quadro 7** -Lista de Universidades Federais brasileiras na região Centro-Oeste

UF	SIGLA
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	(UFGD)
Universidade de Brasília	(UNB)
Universidade Federal de Goiás	(UFG)
Universidade Federal de Mato Grosso	(UFMT)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	(UFMS)
<b>Total</b>	<b>5</b>

Fonte: adaptado do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016.

**Quadro 8** -Lista de Universidades Federais brasileiras na região Norte

UF	SIGLA
Fundação Universidade Federal de Rondônia	(UNIR)
Universidade Federal de Roraima	(UFRR)
Universidade Federal do Acre	(UFAC)
Universidade Federal do Amapá	(UNIFAP)
Universidade Federal do Amazonas	(UFAM)
Universidade Federal do Oeste do Pará	(UFOPA)
Universidade Federal do Pará	(UFPA)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	(UNIFESSPA)
Universidade Federal do Tocantins	(UFT)
Universidade Federal Rural da Amazônia	(UFRA)
<b>Total</b>	<b>11</b>

Fonte: adaptado do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016.

**Quadro 9** -Lista de Universidades Federais brasileiras na região Sul

continua...

UF	SIGLA
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde e de Porto Alegre	(UFCSPA)
Fundação Universidade Federal do PAMPA	(UNIPAMPA)
Universidade Federal da Fronteira Sul	(UFFS)
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	(UNILA)
Universidade Federal de Pelotas	(UFPEL)
Universidade Federal de Santa Catarina	(UFSC)
Universidade Federal de Santa Maria	(UFSM)
Universidade Federal do Paraná	(UFPR)
Universidade Federal do Rio Grande	(FURG)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	(UFRGS)

Fonte: adaptado do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016.

**Quadro 9** -Lista de Universidades Federais brasileiras na região Sul

continuação...

UF	SIGLA
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	(UTFPR)
<b>Total</b>	<b>11</b>

Fonte: adaptado do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016.

**Quadro 10** -Lista de Universidades Federais brasileiras na região Nordeste

UF	SIGLA
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	(UNIVASF)
Universidade Federal da Bahia	(UFBA)
Universidade Federal da Paraíba	(UFPB)
Universidade Federal de Alagoas	(UFAL)
Universidade Federal de Campina Grande	(UFCG)
Universidade Federal de Pernambuco	(UFPE)
Universidade Federal de Sergipe	(UFS)
Universidade Federal do Cariri	(UFCA)
Universidade Federal do Ceará	(UFC)
Universidade Federal do Maranhão	(UFMA)
Universidade Federal do Oeste da Bahia	(UFOB)
Universidade Federal do Piauí	(UFPI)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	(UFRB)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	(UFRN)
Universidade Federal do Sul da Bahia	(UFESBA)
Universidade Federal Rural de Pernambuco	(UFRPE)
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	(UFERSA)
Universidade Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	(UNILAB)
<b>Total</b>	<b>18</b>

Fonte: adaptado do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016.

**Quadro 11** -Lista de Universidades Federais brasileiras na região Sudeste

UF	SIGLA
Fundação Universidade Federal do ABC	(UFABC)
Universidade Federal de Alfenas	(UNIFAL-MG)
Universidade Federal de Itajubá	(UNIFEI)
Universidade Federal de Juiz de Fora	(UFJF)
Universidade Federal de Lavras	(UFLA)
Universidade Federal de Minas Gerais	(UFMG)
Universidade Federal de Ouro Preto	(UFOP)
Universidade Federal de São Carlos	(UFSCAR)
Universidade Federal de São João Del Rei	(UFSJ)
Universidade Federal de São Paulo	(UNIFESP)
Universidade Federal de Uberlândia	(UFU)
Universidade Federal de Viçosa	(UFV)
Universidade Federal do Espírito Santo	(UFES)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	(UNIRIO)
Universidade Federal do Rio de Janeiro	(UFRJ)
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	(UFTM)
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	(UFVJM)
Universidade Federal Fluminense	(UFF)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	(UFRRJ)
<b>Total</b>	<b>19</b>

Fonte: adaptado do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016.

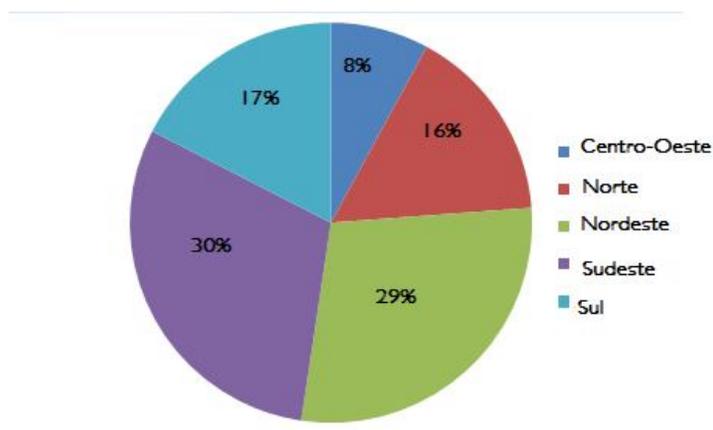
Como mostra o Gráfico 1, a região que possui mais UF's é a Sudeste seguida da Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste.

**Quadro 12** -Quantitativo de UF's por região

Região	Quantidade
Centro-Oeste	5
Norte	10
Nordeste	18
Sudeste	19
Sul	11
<b>Total</b>	<b>63</b>

Fonte: adaptado do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016.

**Gráfico 1** - Percentual do quantitativo de UF's por região



Fonte: elaborado pela autora.

#### 4.1 PLANOS DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

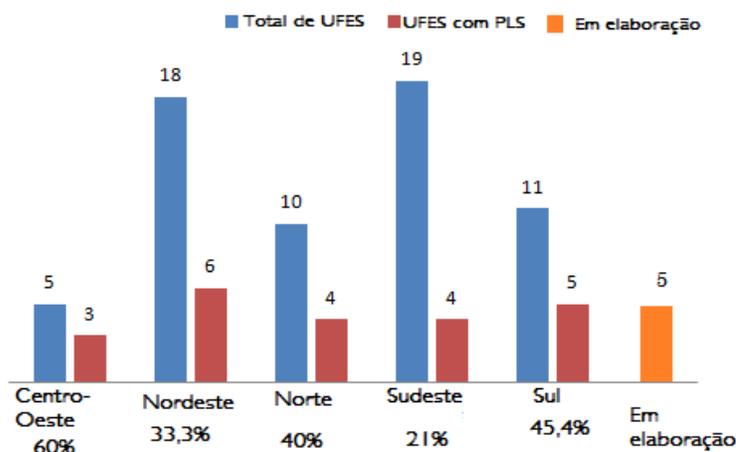
Das 63 UF's cadastradas apenas 22 divulgaram o plano e 5 estão em fase de elaboração (Quadro 13). Dentre as 22 universidades com PLS, apenas 8 publicaram o relatório de acompanhamento, de acordo com as exigências da IN nº 10/2012.

**Quadro 13 - Relação de UF's por região com PLS**

UF	REGIÃO	PLS	Relatório de Acompanhamento
UFG	Centro-Oeste	Implantado em 2013	Sim
UFGD	Centro-Oeste	Implantado em 2014	Não
UFMS	Centro-Oeste	Implantado em 2014	Sim
<b>Total</b>	<b>3</b>	-	-
UFC	Nordeste	Implantado em 2013	Não
UFERSA	Nordeste	Implantado em 2013	Sim
UFMA	Nordeste	Implantado em 2014	Não
UFPB	Nordeste	Implantado em 2013	Não
UFRB	Nordeste	Implantado em 2013	Sim
UFS	Nordeste	Implantado em 2013	Não
UFSB	Nordeste	Em elaboração	-
<b>Total</b>	<b>6</b>	-	-
UFOPA	Norte	Implantado em 2014	Não
UFRA	Norte	Implantado em 2014	Sim
UFRR	Norte	Implantado em 2013	Não
UFT	Norte	Implantado em 2013	Não
<b>Total</b>	<b>4</b>	-	-
UFABC	Sudeste	Em elaboração	-
UFLA	Sudeste	Em elaboração	-
UFSJ	Sudeste	Implantado em 2013	Não
UFTM	Sudeste	Implantado em 2015	Não
UFV	Sudeste	Em elaboração	-
UFVJM	Sudeste	Implantado em 2013	Não
UNIFAL-MG	Sudeste	Implantado em 2013	Sim
<b>Total</b>	<b>7</b>	-	-
UFCSPA	Sul	Implantado em 2013	Não
UFFS	Sul	Implantado em 2013	Não
UFSC	Sul	Implantado em 2013	Sim
UFSM	Sul	Implantado em 2013	Sim
UNILA	Sul	Em elaboração	-
UTFPR	Sul	Implantado em 2013	Não
<b>Total</b>	<b>6</b>	-	-

Fonte: elaborado pela autora.

No Gráfico 2 está relacionada a quantidade de UF's com PLS em relação ao total de UF's por região. A região que apresentou maior porcentagem de PLS em relação ao total de UF foi a região Centro-oeste, seguida da região Sul. Sendo a Sudeste com a menor porcentagem.

**Gráfico 2 - Relação de UF's por região com quantidade de PLS**

Fonte: elaborado pela autora.

Após análise de cada PLS foram encontrados o seguinte quantitativo de ações de divulgação conscientização e capacitação disposto por tema (Tabela 1):

**Tabela 1 - Quantitativo de ações por tema do PLS**

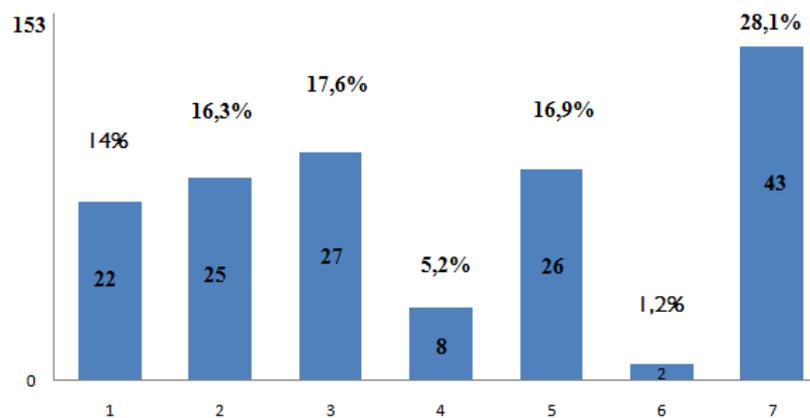
UF	1	2	3	4	5	6	7	Total de Ações	% do Total de Ações
UFMS	1	-	-	-	2	-	-	3	1,9%
UFRA	1	1	1	-	-	-	-	3	1,9%
UFFS	-	-	-	-	1	-	2	3	1,9%
UFSJ	-	1	1	-	-	-	1	3	1,9%
UFMS	1	1	1	-	-	-	-	3	1,9%
UFS	1	1	-	-	-	-	3	5	3,2%
UFGD	2	2	1	-	1	-	-	6	3,9%
UFMA	1	1	2	-	1	-	1	6	3,9%
UFG	1	1	1	-	2	-	2	7	4,5%
UFERSA	2	2	2	1	1	-	-	8	5,2%
UFPB	1	1	4	-	-	1	1	8	5,2%
UFRB	-	1	-	-	1	-	6	8	5,2%
UFRR	1	1	-	5	-	-	1	8	5,2%
UFSC	1	3	1	-	1	-	2	8	5,2%
UFT	1	1	1	2	2	-	1	8	5,2%
UNIFAL	1	1	2	-	3	-	1	8	5,2%
UFVJM	2	2	1	-	1	-	3	9	5,8%
UFC	1	1	-	-	6	-	3	11	7,1%
UFCSPA	1	1	2	-	3	-	5	12	7,8%
UFOPA	2	2	1	-	1	-	6	12	7,8%
UFTM	1	1	6	-	-	1	5	14	9,1%
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>25</b>	<b>27</b>	<b>8</b>	<b>26</b>	<b>2</b>	<b>43</b>	<b>153</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaborado pela autora.

Legenda: 1 - água e esgoto; 2 - energia elétrica; 3 - coleta seletiva; 4 - deslocamento de pessoal; 5 - material de consumo; 6 - qualidade de vida no ambiente de trabalho; 7 - todos.

Observa-se que a instituição que apresentou maior porcentagem de ações encontradas foi a UFTM seguida da UFOPA e UFCSPA. E a maior porcentagem por tipo de ação, foram aquelas que são abrangentes (Gráfico 3), ou seja, as que envolvem todos os temas, na tentativa de inserir a sustentabilidade de forma geral. Em seguida os maiores esforços se concentram na área da coleta seletiva, material de consumo, energia elétrica e água e esgoto.

**Gráfico 3 - Percentual do quantitativo de ações por tema do PLS**

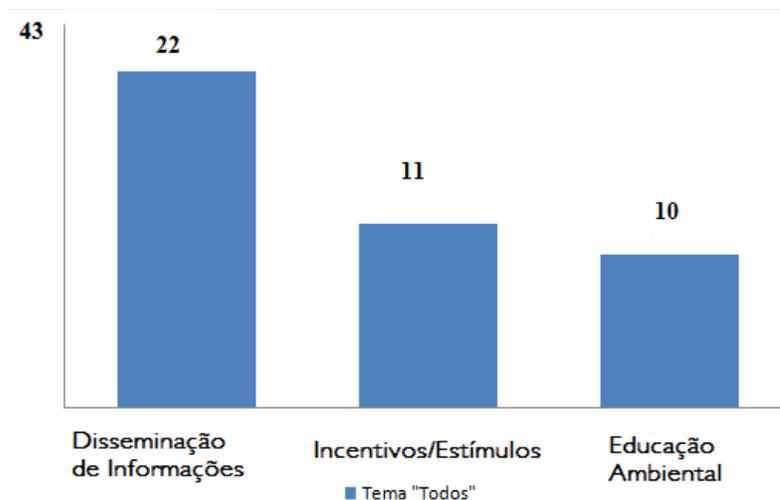


Fonte: elaborado pela autora.

Legenda: 1 - água e esgoto; 2 - energia elétrica; 3 - coleta seletiva; 4 - deslocamento de pessoal; 5 - material de consumo; 6 - qualidade de vida no ambiente de trabalho; 7 - todos.

As ações relacionadas ao tema "todos" foram desmembradas em três grupos para melhor entendimento, que estão relacionadas no Gráfico 4:

**Gráfico 4- Desmembramento do tema "todos"**



Fonte: elaborado pela autora.

As ações voltadas a disseminação de informações foram as que apresentaram maior número. Como o PLS é um plano recente, primeiramente se faz necessária a divulgação das informações para que a comunidade possa conhecer e ter entendimento sobre o assunto. Para que com a educação ambiental, os incentivos e os estímulos haja motivação e impulsionem as pessoas a iniciarem o processo de mudança de cultura para um hábito mais sustentável.

#### 4.2 AÇÕES DIFERENCIADAS PUBLICADAS NOS PLANOS DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Após análise dos PLS's, verificou-se que há muitas ações superficiais, que não informam o método de aplicação como, por exemplo, "conscientização para redução do consumo de água", "trabalhos de conscientização da comunidade acadêmica" e "promover campanhas de conscientização para redução de consumo de energia". Dessa forma, neste tópico foram selecionadas as ações que se diferem (Quadro 14), ou seja, que apresentam alguma proposta concreta, com possibilidade de serem adaptadas por outras instituições.

**Quadro 14 - Ações diferenciadas encontradas nos PLS's das UF's**

continua...

Ação	UF	Tema do PLS
Lançamento na abertura da calourada de 2014, do Projeto “Adote a sua Caneca/Garrafa térmica”	UFT	Material de Consumo
Divulgar relatórios de consumo de água no portal da UFERSA, possíveis desperdícios e formas de economia de água, além dos respectivos custos, para todos os usuários, visando a sensibilização da comunidade universitária	UFERSA	Água e Esgoto
Campanha direcionada à comunidade acadêmica para que os trabalhos de conclusão (TCC) de cursos sejam entregues em CD-ROM ou que a impressão seja executada frente e verso (TCCs, dissertações, teses e relatórios de iniciação científica (IC))	UNIFAL UFC	Material de Consumo
Criar um programa de inclusão digital para os ingressantes na comunidade da UFSC, a fim de estimular o uso amplo das plataformas digitais, para redução de cópias e impressões, a exemplo: Moodle pelos acadêmicos e professores e o SPA (UFSC Sem Papel) pelos servidores	UFSC	Material de Consumo
Realização de oficinas de reciclagem de materiais	UFCSPA	Material de Consumo
Implantação de espaços tais como, Museu de Biodiversidade, Jardins Ecológicos e Teatros ao ar livre com bancadas rústicas. Esses espaços podem ser utilizados para apresentações culturais, aulas práticas, grupos de estudo, confraternização, entre outros	UFTM	Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho
Implantação de um sistema de comunicação, para discussão via intranet sobre consumo sustentável	UFVJM	Todos: Disseminação de Informações
Manter um banco de dados constando todos os projetos relacionados à Sustentabilidade, concluídos ou em andamento, visando facilitar o intercâmbio de informações entre a comunidade acadêmica	UFTM	Todos: Disseminação de Informações

Fonte: elaborado pela autora.

**Quadro 14 - Ações diferenciadas encontradas nos PLS's das UF's**

continuação...

<b>Ação</b>	<b>UF</b>	<b>Tema do PLS</b>
Criação de um espaço para discussões nas Redes Sociais com promoção de campanhas educativas com a publicação de folder eletrônico, faixas e adesivos	UFRB	Todos: Disseminação de Informações
Elaborar um Plano de Comunicação para repasse de informações atinentes ao PLS e posterior divulgação de forma estratégica	UFRBUFOPA	Todos: Disseminação de Informações
Criar mascote através de concurso cultural e votação da comunidade acadêmica com o intuito de realizar campanhas informativas para temas atinentes à sustentabilidade	UFRB UFOPA	Todos: Disseminação de Informações
"Blog" para relatar através de fotos, artigos e documentos as ações afirmativas que estão sendo realizadas no campus Cerro Largo sobre os temas mais relevantes ligados ao meio ambiente, inclusive sobre a coleta seletiva	UFFS	Todos: Disseminação de Informações
Inclusão de temas relacionados ao meio ambiente na programação do Cinema	UFCSPA	Todos: Disseminação de Informações
Realização de programas educativos através da Rádio	UFS	Todos: Disseminação de Informações
Realização de um concurso de frases que promovam o consumo sustentável	UFVJM	Todos: Incentivos/Estímulos
Implantar Caixinhas de Ideias Sustentáveis em locais estratégicos da universidade e estimular a utilização do fale conosco, via web (página eletrônica do PLS)	UFTM	Todos: Incentivos/Estímulos
Criar um Núcleo de Educação Ambiental para fomentar atividades de Educação Ambiental	UFOPA	Todos: Incentivos/Estímulos
Institucionalizar as praças e bosques de todos os campus, através da adoção de nomes via proposição da comunidade e aprovação do Conselho Universitário	UFC	Todos: Incentivos/Estímulos

Fonte: elaborado pela autora.

O Quadro 14 apresentou ações publicadas no PLS que são passíveis de adaptação por outras UF's. Sendo importante a divulgação dessas práticas a fim de disseminar, incentivar, aprimorar e gerar novas ideias para outras instituições.

#### 4.3 PROJETOS DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Neste tópico foi explanado o quantitativo de projetos de extensão relacionados ao tema da sustentabilidade, filtrados a partir do SIGPROJ e da plataforma de banco de dados das instituições utilizadas para análise. Também foram apresentadas quais instituições disponibilizam incentivos para os projetos de pesquisa e extensão com este tema e por fim se existe relacionamento entre os projetos de pesquisa e extensão com o PLS.

A Tabela 2 apresenta o quantitativo de projetos de extensão filtrados nas plataformas de bancos de dados das 18 UF's utilizadas para análise. A coluna 1 representa o número de projetos de extensão filtrados cadastrados no SIGPROJ e a segunda coluna informa o número total de projetos de extensão cadastrados no SIGPROJ. A terceira mostra os projetos de

extensão filtrados de outra plataforma de banco de dados, seguida da quarta coluna apresentando o número total de projetos de extensão dessa plataforma. A quinta e sexta coluna apresentam a soma total de projetos de extensão filtrados (SIGPROJ e demais plataformas) e a soma total de projetos de extensão encontrados, respectivamente.

De acordo com a Tabela 2, em escala crescente percebe-se que a UF com maior porcentagem de projetos de extensão é a UFV, seguida da UFGD. Sendo a UFSC a que apresentou menor porcentagem.

**Tabela 2 - Quantitativo de Projetos de Extensão**

UF	Filtrados/ SIGPROJ	Total/ SIGPROJ	Filtrados/ Outros	Total/ Outros	Total/ Filtrados	Total/ Projetos	% do total
UFSC	1	31	232	49731	233	49762	0,4%
UFMG	6	101	137	19398	143	19499	0,7%
UFMS	89	6155	-	-	89	6155	1,4%
UFMT	62	3913	-	-	62	3913	1,5%
UFPE	42	2606	-	-	42	2606	1,6%
UFES	3	46	15	1051	18	1097	1,6%
UFT	21	1203	-	-	21	1203	1,7%
UFG	10	69	46	3056	56	3125	1,7%
UFRJ	26	1269	-	-	26	1269	2%
UFF	52	2500	-	-	52	2500	2%
FURG	35	1426	-	-	35	1426	2,4%
UFU	5	70	104	4154	109	4224	2,5%
UFPB	73	2687	-	-	73	2687	2,7%
UNB	71	2251	11	346	82	2597	3,1%
UFBA	4	52	26	757	30	809	3,7%
UFOPA	2	21	5	88	7	109	6,4%
UFGD	85	1146	-	-	85	1146	7,4%
UFV	4	98	243	2386	247	2484	9,9%
<b>Total</b>	<b>589</b>	<b>25623</b>	<b>814</b>	<b>80879</b>	<b>1403</b>	<b>106502</b>	<b>0,1%</b>

Fonte: dados coletados pela autora no período de 06 jan. 2016 a 08 jan. 2016.

As particularidades de cada universidade podem implicar no quantitativo de projetos. O Quadro 15 apresenta o ano de fundação e o número de campi das universidades utilizadas para análise dos projetos de extensão assim como a colocação delas em relação a Tabela 2:

**Quadro 15 - Ano de fundação e número de campi das UF,s**

UF	Ano de Fundação	Número de campi	Classificação da tabela 2
UFBA	1808	3	4°
UFRJ	1920	4	10°
UFV	1922	3	1°
UFMG	1927	2	17°
UFPE	1946	3	14°
UFU	1950	5	7°
FURG	1953	2	8°
UFES	1954	4	13°
UFPB	1955	7	6°
UFG	1960	6	11°
UFSC	1960	4	18°
UFF	1960	3	9°
UFMS	1962	10	16°
UNB	1962	4	5°
UFMT	1970	3	15°
UFGD	1971	0	2°
UFT	2000	7	12°
UFOPA	2009	6	3°

Fonte: elaborado pela autora.

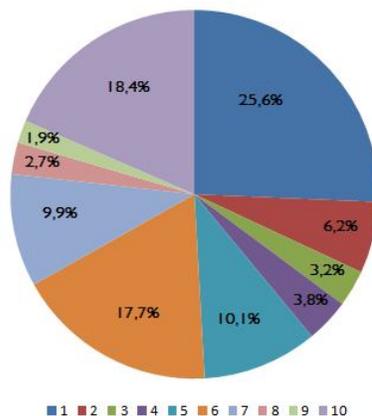
Em seguida apresentam-se os projetos de extensão filtrados distribuídos por área de conhecimento (Quadro 16). Conforme Gráfico 5, verificou-se que a área das ciências agrárias seguida pela ciências sociais aplicadas, foram as que obtiveram maior porcentagem, excluindo-se da consideração os projetos sem informação.

**Quadro 16 - Quantidade de projetos de extensão filtrados por área de conhecimento**

UF	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total por UF
UFES	6	1	1	2	2	0	3	0	0	3	18
UFT	2	1	2	2	0	4	7	0	0	3	21
UFRJ	0	1	4	2	2	1	0	11	4	1	26
UFBA	6	5	2	3	3	5	0	0	2	4	30
FURG	0	6	0	8	6	3	5	0	0	7	35
UFPE	0	10	2	3	6	5	0	6	0	10	42
UFF	9	0	1	2	4	6	7	0	5	18	52
UFG	14	3	2	4	4	9	8	2	0	10	56
UFMT	20	3	7	3	9	13	5	0	0	2	62
UFPB	32	14	0	0	6	8	8	3	0	2	73
UNB	7	0	0	0	9	19	0	3	6	38	82
UFGD	29	25	5	2	7	4	9	0	0	4	85
UFMS	7	2	2	6	7	16	21	0	0	28	89
UFU	18	2	1	0	28	11	2	0	5	42	109
UFMG	62	6	3	3	9	45	11	4	0	0	143
UFSC	37	3	5	5	15	45	33	9	5	76	233
UFV	111	6	8	9	25	55	20	1	1	11	247
<b>Total</b>	<b>360</b>	<b>88</b>	<b>45</b>	<b>54</b>	<b>142</b>	<b>249</b>	<b>139</b>	<b>39</b>	<b>28</b>	<b>259</b>	<b>1403</b>

Fonte: dados coletados pela autora no período de 06 jan. 2016 a 08 jan. 2016.

Legenda: 1 - ciências agrárias; 2 - ciências biológicas; 3 - ciências da saúde; 4 - ciências exatas e da terra; 5 - ciências humanas; 6 - ciências sociais aplicadas; 7 - Engenharias; 8 - linguística, letras e artes; 9 - Outros; 10 - sem informação.

**Gráfico 5 - Percentual de projetos de extensão filtrados por área de conhecimento**

Fonte: dados coletados pela autora no período de 06 jan. 2016 a 08 jan. 2016.

Legenda: 1 - ciências agrárias; 2 - ciências biológicas; 3 - ciências da saúde; 4 - ciências exatas e da terra; 5 - ciências humanas; 6 - ciências sociais aplicadas; 7 - Engenharias; 8 - linguística, letras e artes; 9 - Outros; 10 - sem informação.

No Quadro 17 relacionaram-se os projetos de extensão filtrados por ano de início. Observa-se que a partir do ano de 2009 o número de projetos aumentou significativamente sendo que no ano de 2011 houve o maior número de projetos.

**Quadro 17 - Quantidade de projetos de extensão filtrados por ano de início**

Extensão	
Ano	Quantidade
1994	1
1996	2
1997	7
1998	6
1999	9
2000	14
2001	8
2002	16
2003	12
2004	19
2005	22
2006	13
2007	33
2008	62
2009	115
2010	167
2011	203
2012	197
2013	194
2014	167
2015	145
<b>Total</b>	<b>1412</b>

Fonte: dados coletados pela autora no período de 06 jan. 2016 a 08 jan. 2016.

A fim de averiguar se as UF's oferecem algum incentivo para os projetos de extensão relacionados ao tema da sustentabilidade foi efetuado questionamento via e-mail institucional, denominado questionamento 1. Dessa prática obteve-se 27 retornos das 62 UF's questionadas (dessa prática foi-se excluída a UFMS). Sendo 7 retornos positivos e os demais negativos. O segundo questionamento feito para as 21 UF's que possuem PLS (dessa prática foi-se excluída a UFMS), objetivando descobrir se há projetos de extensão que auxiliam o PLS teve retorno de 9 UF's, sendo 3 positivos. Os comentários a cerca das respostas são descritos em seguida.

Na instituição UFG há um projeto de extensão nomeado "Evento de Lançamento do PLS" datado do ano de 2014, elaborado pela área de Ciências Sociais Aplicadas com o intuito de divulgar e informar sobre o PLS.

A UFPB informou que incentiva ações de extensão no tema da sustentabilidade através de parcerias com a Comissão de Gestão Ambiental da instituição, que tem em uma das suas ações, projetos com bolsistas da extensão que ajudam a comissão a desenvolver seu trabalho de forma adequada e coerente com o tema.

A UFOPA informou que tem planos para o ano de 2016, prevendo lançar editais internos de fomento tanto para projetos de extensão como de pesquisa, separados por áreas temáticas, sendo uma delas a de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

A UFTM informou que possui 2 projetos que auxiliaram na implantação do PLS, sendo eles:

- Diagnóstico ambiental: um referencial para a elaboração do plano de gestão de logística sustentável da UFTM, feito em 2014 com o intuito de fazer o diagnóstico da instituição para posterior implantação do plano;
- Desenvolvimento e divulgação das ações do programa de educação ambiental do PLS da UFTM na tentativa de desenvolver ações de divulgação para o plano.

A partir da implantação do PLS, a universidade oficializou a adesão em nove programas relacionados ao DS: Compras Sustentáveis, Uso Racional de Energia, Gestão de Água e Efluentes, Obras e Manutenção Predial, Ecologia e Conservação da Biodiversidade, Deslocamento Eficiente, Gestão de Resíduos, Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Educação Ambiental – Programa Gerações Sustentáveis. Em específico, este último programa atende ao item do PLS que engloba as ações de divulgação, conscientização e capacitação, que estimula diversas ações sustentáveis dentre eles a elaboração de projetos.

Além desses foram citados mais três projetos que estão vinculados ao PLS, como também foi destacado, por serem pioneiros na área, a criação da Liga Acadêmica de Sustentabilidade, que consiste em um projeto com o fim de estimular mais estudos sobre a

sustentabilidade. Porém por mais que a universidade esteja engajada nas questões sustentáveis, explicitamente não há incentivos específicos direcionados para os projetos com o tema da sustentabilidade.

A UNIFAL/MG implantou seu PLS no ano de 2013, e desde 2014 conta com nove projetos de extensão que o auxiliam são eles:

- 1 - Horta comunitária para promoção de Educação Ambiental e Alimentação Saudável;
- 2 - A Hora e a vez do papel: Implantação de coleta seletiva no campus sede da UNIFAL-MG;
- 3 - Educação Agroecológica: produção e consumo sustentáveis para o Sul de Minas Gerais;
- 4 - Centro de Convivência Ecológica na UNIFAL-MG: Bioconstrução como forma de Lazer, Educação Ambiental e Inclusão da Comunidade;
- 5 - Coleta de Óleo Doméstico: uma ação que inova;
- 6 - Recuperação da Área de Preservação Permanente na Unidade Santa Clara;
- 7 - Proposta de Implantação de coleta seletiva no campus Poços de Caldas da UNIFAL-MG;
- 8 - Desenvolvimento de um sistema automatizado para a coleta, tratamento e armazenamento de água de chuvas;
- 9 - Preservação e manejo da vegetação nativa para recuperação de áreas degradadas no município de Poços de Caldas em Minas Gerais.

Também incentiva tais projetos oferecendo auxílios como material de consumo e transporte quando necessários.

Na UFSC foi informado que há dois projetos de extensão que auxiliam o PLS:

- Projeto de Recuperação Ambiental do Bosque do Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
- Programa de Controle e Monitoramento Hidrológico campus UFSC em Joinville.

A Comissão Gestora do PLS da UFSC informou que está realizando revisão do plano onde estão discutindo maneiras de incentivos para estimular projetos relacionados ao tema da sustentabilidade, como por exemplo, editais específicos para projetos de extensão na área da sustentabilidade. Porém até o momento não existe nada aprovado.

A UFSB é uma universidade nova, com apenas 18 meses de existência. Seu PLS está em fase de elaboração, porém a instituição informou que já despense esforços para incentivar uma cultura voltada para a sustentabilidade. Há o projeto Ecotime, composto por técnicos, docentes e discentes, com o intuito de ajudar na gestão sustentável, na tentativa de elaborar soluções ecoeficientes para as práticas cotidianas da comunidade universitária.

A instituição UFCA não possui atualmente os incentivos aos projetos de sustentabilidade, mas essa questão já é debatida dentro da universidade. E uma proposta futura é que publiquem editais privilegiando os projetos com essa temática, utilizando como

possíveis métodos pontuação extra para projetos na área ou reservando linhas temáticas específicas em que só seriam contemplados projetos vinculados ao tema.

A UNIVASF afirmou que estimula projetos na área da sustentabilidade, como por exemplo através do Projeto Escola Verde, que atende mais de 200 escolas na perspectiva de valorização do meio ambiente e da sustentabilidade ambiental. Como por meio de um grande evento realizado anualmente de cunho nacional sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Porém, não foi especificado se há mecanismos específicos para motivar a realização desses projetos de extensão.

A instituição UFLA ressaltou que a sustentabilidade foi tema de seu último congresso, ocorrido em dezembro de 2015 e que os incentivos para projetos nessa área foram através de premiação aos melhores trabalhos e os primeiros colocados receberam prêmios em dinheiro por meio da fundação para fomento da ação extensionista.

Apesar da UNB responder que não possui incentivo, ela mencionou que em seu organograma institucional vinculado ao seu Decanato de Extensão existe o Núcleo da Sustentabilidade. E em seus registros de projetos de extensão no ano de 2015 foi submetida a proposta de criação de um Observatório de Desenvolvimento Sustentável, com o propósito de ser um mecanismo que contribua para melhorar o acompanhamento de debates e discussões a cerca do DS no Brasil e para difundir o conhecimento sobre as realizações e propostas do governo em cada compromisso assumido nas conferências internacionais.

#### 4.4 PROJETOS DE PESQUISA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Neste tópico foi abordado o quantitativo de projetos de pesquisa que tratam do tema da sustentabilidade filtrados a partir do SIGPROJ e da plataforma de banco de dados das instituições utilizadas para análise. Como também foram elencadas as instituições que oferecem incentivos para os projetos de pesquisa com o tema sustentabilidade e se existem projetos de pesquisa vinculados com o PLS.

A Tabela 3 expressa o quantitativo de projetos de pesquisa das 9 UF's utilizadas para análise. A coluna 3 demonstra os projetos de pesquisa filtrados que foram encontrados nas plataformas de bancos de dados das instituições, sendo apenas os da UFMS retirados do SIGPROJ. E a coluna 4 revela o número total de projetos de pesquisa das UF's. A região Nordeste, apresentou as maiores porcentagens, com a UFC apresentando maior número, seguida da UFRB e UFS. E a UFG, da região Centro-Oeste, a instituição que apresentou menor número percentual.

**Tabela 3-** Quantitativo de projetos de pesquisa

UF	Região	Projetos Filtrados	Total Projetos	% do total
UFG	Centro-Oeste	42	10823	0,3%
UFRN	Nordeste	123	18343	0,6%
UFLA	Sudeste	24	3447	0,6%
UFMS	Centro-Oeste	38	3842	0,9%
UTFPR	Sul	20	1889	1%
FURG	Sul	32	2974	1%
UFS	Nordeste	37	3070	1,2%
UFRB	Nordeste	15	1006	1,4%
UFC	Nordeste	17	450	3,7%
<b>Total</b>	-	<b>348</b>	<b>45844</b>	<b>0,7%</b>

Fonte: dados coletados pela autora no período de 06 jan. 2016 a 08 jan. 2016.

Assim como nos projetos de extensão as peculiaridades de cada instituição implica no percentual de projetos da universidade. Dessa maneira no Quadro 18, apresenta-se o ano de fundação, o número de campi e a classificação em relação a Tabela 3 de cada universidade federal utilizada para análise dos projetos de pesquisa.

**Quadro 18 -** Ano de fundação e número de campi das UF,s

UF	Ano de fundação	Número de campi	Classificação da tabela 3
UFG	1960	6	9°
UFRN	1958	5	8°
UFLA	1908	1	7°
UFMS	1962	10	6°
UTFPR	1909	13	5°
FURG	1953	2	4°
UFS	1968	5	3°
UFRB	2005	6	2°
UFC	1954	7	1°

Fonte: elaborado pela autora.

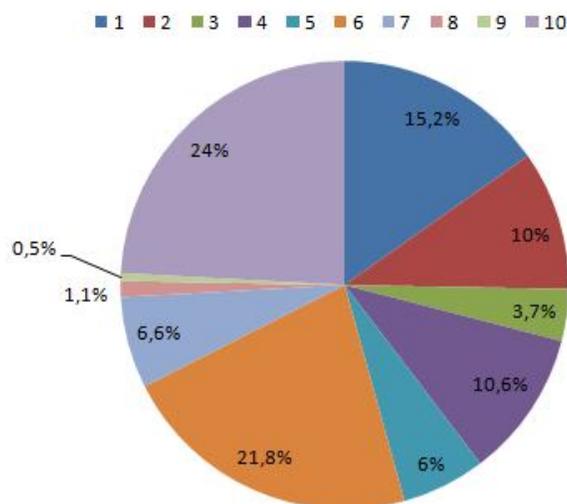
Logo abaixo se apresentam os projetos de pesquisa filtrados distribuídos por área de conhecimento (Quadro 19). Conforme porcentagens do Gráfico 6, observa-se que da mesma maneira que nos projetos de extensão as áreas de conhecimento que possuíram mais projetos foram as da ciências sociais aplicadas e ciências agrárias, desconsiderando-se os projetos que não tinham informação.

**Quadro 19 -** Quantitativo de projetos de pesquisa filtrados por área de conhecimento

UF	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
UFRB	6	2	0	0	1	3	2	1	0	0	15
UFC	9	2	1	1	0	1	2	0	0	1	17
UTFPR	3	0	0	3	0	5	4	0	0	5	20
UFLA	11	4	0	2	0	6	1	0	0	0	24
FURG	0	3	1	13	5	9	0	1	0	0	32
UFS	6	3	0	0	2	3	3	0	0	20	37
UFMS	1	1	0	5	1	12	0	0	1	17	38
UFG	9	2	0	7	2	8	4	2	0	8	42
UFRN	8	18	11	6	10	29	7	0	1	33	123
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>35</b>	<b>13</b>	<b>37</b>	<b>21</b>	<b>76</b>	<b>23</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>84</b>	<b>348</b>

Fonte: dados coletados pela autora no período de 06 jan. 2016 a 08 jan. 2016.

Legenda: 1 - ciências agrárias; 2 - ciências biológicas; 3 - ciências da saúde; 4 - ciências exatas e da terra; 5 - ciências humanas; 6 - ciências sociais aplicadas; 7 - Engenharias; 8 - linguística, letras e artes; 9 - Outros; 10 - sem informação.

**Gráfico 6 -** Percentual de projetos de pesquisa filtrados por área de conhecimento

Fonte: dados coletados pela autora no período de 06 jan. 2016 a 08 jan. 2016.

Legenda: 1 - ciências agrárias; 2 - ciências biológicas; 3 - ciências da saúde; 4 - ciências exatas e da terra; 5 - ciências humanas; 6 - ciências sociais aplicadas; 7 - Engenharias; 8 - linguística, letras e artes; 9 - Outros; 10 - sem informação.

O Quadro 20 apresenta os projetos de pesquisa filtrados por ano de início, de forma similar aos projetos de extensão, o maior número de projetos se encontra a partir do ano de 2009, e o no ano de 2012 houve o maior número de projetos.

**Quadro 20** - Quantidade de projetos de pesquisa filtrados por ano de início

Ano de início	Quantidade de projetos
1999	1
2000	4
2002	4
2003	6
2004	4
2005	5
2006	5
2007	19
2008	22
2009	11
2010	27
2011	35
2012	61
2013	45
2014	41
2015	36
Sem Informação	22
<b>Total</b>	<b>348</b>

Fonte: dados coletados pela autora no período de 06 jan. 2016 a 08 jan. 2016.

Da mesma maneira que nos projetos de extensão, as UF's foram questionadas, via e-mail institucional, objetivando descobrir quais delas oferecem incentivos para projetos de pesquisa na área da sustentabilidade (questionamento 1). Desse questionamento 14 respostas foram obtidas de 62 UF's (dessa prática foi-se excluída a UFMS). Sendo elas 4 de caráter positivo. Com relação ao questionamento 2, referente a existência de projetos de pesquisa que auxiliem o PLS, das 21 UF's questionadas (dessa prática foi-se excluída a UFMS), 3 responderam negativamente e 2 disseram que possuem. As explicações a despeito das respostas foram feitas em seguida.

A instituição UFSC assinalou que atualmente possui quatro projetos de pesquisa que visam auxiliar o PLS:

1. Gestão dos Resíduos Químicos e Especiais na UFSC: da Produção a Disposição Final;
2. Inclusão de Critérios Ambientais nas Compras e Contratações da UFSC;
3. Recuperação da Qualidade da Água dos Córregos do campus Reitor João David Ferreira Lima
4. Contribuição ao Uso Sustentável de Água e de Energia nos Laboratórios da UFSC: Proposta de Substituição de Destiladores de Água por Purificadores com Osmose Reversa.

Assim como na área de extensão, também foi informado que a instituição está revisando o PLS e uma das ações propostas para futura implantação é a criação de editais específicos para projetos de pesquisa que estejam relacionados com o tema da sustentabilidade. Mas ainda não há aprovação dessas propostas.

A UFSM informou que existem projetos de pesquisa que auxiliam o PLS porém são patenteados e sigilosos, não podendo repassar maiores informações. Assim como os incentivos aos projetos voltados a sustentabilidade não foram descritos.

A instituição de ensino FURG assinalou que em seu Plano de Desenvolvimento Institucional de 2015 há previsão para implantação de um Sistema de Gestão Ambiental tendo como um dos objetivos incorporar o tema da sustentabilidade nas ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão da universidade. Mas a forma como serão dados os incentivos não foram descritos.

A UFSB, da mesma forma que nos projetos de extensão, informou que é uma universidade recente com o PLS em fase de implantação, porém já se esforça para inserção de uma cultura sustentável na organização, como dito anteriormente através do projeto Ecotime.

#### 4.5 PROJETOS DE EXTENSÃO E PESQUISA PUBLICADOS NOS PLANOS DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Neste tópico serão discriminados os projetos de extensão e pesquisa que foram encontrados no conteúdo dos PLS's (Quadro 21). As UF's que não se encontram no quadro é porque não possuem projetos explanados em seus planos ou a redação da ação disponível no plano não permite concluir que seja um projeto de extensão ou pesquisa.

**Quadro 21** - Projetos de extensão e pesquisa encontrados no conteúdo dos PLS's

continua...

UF	Projetos de Extensão e Pesquisa
UFC	Programa de Gestão, Estudos e Pesquisas Ambientais – PROGEPA, cujo objetivo é Implantar, na Faculdade de Economia, Administração, Atuaria e Contabilidade um programa ambiental integrado, que contempla a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, articulando atividades acadêmicas com práticas de sustentabilidade existentes em instituições públicas e privadas, organizações não governamentais, cooperativas e associações
UFC	Projeto de extensão e pesquisa na área de eficiência energética do Programa de Eficiência no Consumo de Energia Elétrica da UFC (PROCEN)
UFC	Núcleo de Ensino e Pesquisa em Agricultura Urbana no Centro de Ciências Agrárias, que tem como objetivo principal a manutenção e preservação dos recursos vegetais disponíveis e possibilitando uma agricultura sustentável, principalmente nos centros urbanos, onde há escassez de matéria orgânica, além de produzir conhecimentos básicos sobre o aproveitamento de resíduos orgânicos e oferecer cursos sobre as diversas formas de produção de composto orgânico de alta qualidade
UFC	Tecendo Redes – educação ambiental em escolas públicas, com foco na discussão sobre a poluição de recursos hídricos, biodiversidade local e gestão de resíduos
UFCSPA	Programa de atividade física da UFCSPA
UFCSPA	Programa de ginástica laboral na UFCSPA

Fonte: elaborado pela autora.

**Quadro 21 - Projetos de extensão e pesquisa encontrados no conteúdo dos PLS's**

continuação...

UF	Projetos de Extensão ou Pesquisa
UFCSPA	Educação nutricional em escolas de educação infantil: desenvolvendo uma relação saudável com a alimentação
UFCSPA	Palhaços-doutores em ambiente hospitalar - o uso do riso como instrumento terapêutico
UFCSPA	Projeto Reeducação Alimentar
UFCSPA	Leituras na UFCSPA
UFCSPA	Ligas acadêmicas da UFCSPA (Liga do trauma, Liga da Insuficiência Cardíaca, Liga da Dependência Química, Liga do Câncer, Liga de Pediatria)
UFCSPA	Programa de Controle do Tabagismo
UFCSPA	Programa de Contação de Histórias em Ambiente Hospitalar
UFFS	Projeto de Extensão “Energias Renováveis e Sustentabilidade: Confeção de Coletores Solares de Baixo Custo.” O projeto será realizado em duas etapas. Na primeira etapa será feita uma abordagem teórica da radiação no local, calculando-se as componentes direta e difusa da radiação, baseando-se em informações astronômicas, geográficas e em modelos numéricos, posteriormente, será estudada a dependência da radiação incidente com a inclinação do coletor solar. Na segunda etapa do projeto serão feitas tomadas experimentais da radiação solar no município, com a utilização de instrumentos apropriados
UFFS	Projeto de Pesquisa “Análise da Qualidade da Água nas Propriedades Rurais do Município de Realeza/PR”. A ideia central do projeto é fazer coletas de amostras de águas das fontes localizadas nas propriedades rurais da cidade de Realeza, realizar as análises das amostras e apresentar e discutir os resultados obtidos para posteriormente tomar ações ou medidas de melhorias nestas fontes
UFFS	Projeto de pesquisa “Estudo da Radiação Solar na Região de Realeza/PR”. Projeto aprovado no edital no 168/UFFS/2011
UFFS	Projeto Bem Estar Animal destinado aos agricultores da região de Realeza/PR objetivando o respeito aos animais. Será operacionalizado através de treinamentos e palestras com os agricultores e comunidade acadêmica em geral. O bem-estar animal é um estado de completa saúde mental meio ambiente que o rodeia
UFFS	Grupo de pesquisa em Energias Renováveis e Sustentabilidade. Este grupo foi constituído para estudos relacionados com as energias renováveis em todas as áreas energéticas, como Energia Solar, Energia Eólica, Energia da Biomassa e Educação Ambiental. O grupo foi constituído em 2011 e é formado por professores do curso de Licenciatura em Ciências, técnicos de Laboratório de diversas áreas e acadêmicos do curso de Ciências. Dentre as atividades desenvolvidas pelo grupo encontram-se reuniões de estudo sobre as principais linhas de pesquisa, elaboração de projetos de pesquisa e extensão para implantação das atividades
UFFS	Emprego de embalagens longa vida como barreira radiante em edificações (projeto de extensão - demanda espontânea - campus Cerro Largo) - Os alunos voluntários do Curso de Engenharia Ambiental auxiliarão na coleta das embalagens através de campanha nos colégios de ensino médio e na própria universidade (apresentação do projeto em salas de aula). Também farão a seleção da família carente na cidade de Cerro Largo (RS) em função das características da residência (presença de frestas nas paredes, chão e teto; e ausência de forro e beiral). Na sequência, auxiliarão no processo de fabricação das chapas. Por último, as chapas constituídas de embalagens Tetra Pak serão fixadas nos elementos de vedação vertical e horizontal da edificação selecionada
UFFS	Produção agroecológica junto aos agricultores da região de Cerro Largo - O projeto está sendo desenvolvido por meio do estudo da agricultura de dois municípios do Rio Grande do Sul (Porto Xavier e Barão do Cotegipe). A partir deste estudo, que compreenderá uma análise detalhada dos principais sistemas de produção agropecuários praticados, serão propostas estratégias para a promoção da Agroecologia a partir das potencialidades locais
UFFS	Desenvolvimento de projeto para criação de baterias orgânicas. Trata-se de um sistema que gera eletricidade equivalente a seis pilhas AA (em torno de 18 wh) e é alimentado por "papel" (celulose). Assim o papel utilizado que hoje vai para o lixo na universidade, poderá ser utilizado para alimentar a bateria orgânica que, por sua vez, poderá alimentar os equipamentos de ar quente para secar as mãos, instalados nos banheiros dos prédios definitivos da UFFS

Fonte: elaborado pela autora.

**Quadro 21 - Projetos de extensão e pesquisa encontrados no conteúdo dos PLS's**

continuação...

UF	Projetos de Extensão ou Pesquisa
UFFS	Aquecedor solar de baixo custo para famílias carentes (projeto de extensão - campus Cerro Largo) - Os alunos bolsistas e/ou voluntários realizarão uma revisão de literatura a respeito do aquecedor solar ecológico, além de discussões em grupo acerca dos temas: reciclagem, problemas gerados pelo descarte das embalagens de garrafa PET e longa vida, funcionamento e montagem de um aquecedor solar. Simultaneamente à revisão de literatura, os alunos farão a coleta dos materiais reutilizáveis (garrafas PET e embalagens Tetra Pak) através de campanha na própria universidade (apresentação do projeto em salas de aula). Para um melhor entendimento de todo o processo de montagem do aquecedor solar, um protótipo do sistema será desenvolvido pelos integrantes da equipe. Após serem realizados os estudos teóricos do sistema de aquecimento solar e os testes de montagem e coleta de dados com o protótipo desenvolvido, terá início a disseminação desta tecnologia de baixo custo. A proposta será realizar uma atividade de instalação e exposição de um painel solar de materiais reutilizáveis em uma escola localizada na periferia de Cerro Largo-RS, com a participação da comunidade local
UFTM	Ainda quanto à iluminação, existe projeto do Curso de Engenharia Elétrica com objetivo de analisar o panorama atual do projeto de iluminação no Ambulatório Maria da Glória na ótica da Eficiência Energética; pretende-se otimizar a iluminação local, o que poderá resultar em uma considerável economia no consumo mensal
UFTM	Quanto à conscientização das pessoas sobre o uso eficiente de energia, já existe projeto, coordenado pelo Curso de Engenharia Elétrica, que visa à conscientização da sociedade, gestores do processo produtivo e administradores de instalações médico-hospitalares, quanto ao uso eficiente e eficaz da energia elétrica
UFTM	Projeto de Comunicação para Sustentabilidade
UFTM	Projeto Espaço de Práticas Sustentáveis;
UFTM	Um projeto do Curso de Engenharia Elétrica está avaliando os indicadores de qualidade de energia elétrica no hospital de clínicas, sendo objetivos do trabalho: obter os indicadores de qualidade da energia elétrica relacionados à tensão de regime permanente e distorções harmônicas no ponto de conexão das instalações elétricas do hospital ao sistema de distribuição; identificar se a qualidade da energia elétrica encontra-se dentro dos padrões estabelecidos pela ANEEL; sugerir ações em relação ao atendimento dos níveis adequados de tensão de regime permanente, caso seja detectada alguma anormalidade nos indicadores de duração de transgressões; e incentivar a sociedade, os servidores e os alunos da UFTM sobre a importância da qualidade da tensão para um adequado funcionamento dos equipamentos conectados à rede
UFTM	Outro projeto, também do Curso de Engenharia Elétrica, busca identificar de qual quadro geral origina o circuito elétrico que fornece tensão a cada equipamento e ponto de utilização de energia elétrica (tomadas) nas dependências do Ambulatório Maria da Glória. Uma vez identificados esses circuitos, os mesmos serão marcados com nomenclatura específica que os identificam e o estudo deve servir como ponto de partida para demais projetos de extensão visando adequação com um todo da instalação elétrica do hospital
UFTM	Aprovação de projeto em atividades de extensão, a partir da parceria entre o Programa Gerações Sustentáveis e o Curso de Terapia Ocupacional, intitulado: Sustentabilidade e Inovação: desenvolvimento de Espaços de Práticas Sustentáveis na UFTM. O projeto foi aprovado em Edital publicado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFTM e tem como meta desenvolver as oficinas de reutilização de banners e manipulação de produtos de limpeza, que fazem parte do plano de trabalho do Projeto de Espaço de Práticas do Programa Gerações Sustentáveis
UNIFAL	EVENTO - Com Boas Atitudes Você Pode ECOAR Sustentabilidade;
UNIFAL	Campanha de Economia de Água e Energia Elétrica na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia;
UNIFAL	Projeto extensionista "Frutífera, brasileira e negligenciada".

Fonte: elaborado pela autora.

Conforme Quadro 21, dos 22 planos existentes em apenas 5 constam projetos de pesquisa ou extensão discriminados em seu conteúdo. Sendo a UFTM com maior número de projetos no conteúdo do seu plano.

Os projetos tratam de temas específicos do PLS, como energia elétrica, coleta seletiva, água e esgoto, qualidade de vida no trabalho, material de consumo como também de outros temas, relação agricultor, animais e produções, alimentação saudável, preocupação com a qualidade de vida da comunidade da região e projetos abrangentes que visam o alcance da conscientização para a sustentabilidade de forma geral.

Dentre os projetos discriminados existem tanto projetos que visam auxiliar as instituições em sua gestão interna como é o caso do projeto da UFTM que busca trazer eficiência na energia elétrica de um de seus departamentos com o fim de diminuir o valor mensal da conta de luz. Como também há projetos que promovem a conscientização da sociedade externa, recebedora dos resultados desses projetos. Como exemplo o projeto de fabricação de Aquecedor solar de baixo custo para famílias carentes da UFFS que envolve toda a comunidade estimulando a consciência sustentável de todos os envolvidos.

## 5 DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL

Neste capítulo será apresentado o diagnóstico da UFMS com relação ao seu PLS, o quantitativo de projetos de extensão e de pesquisa relacionados com o tema da sustentabilidade, e o relacionamento entre os setores de infraestrutura, que é o responsável pelo PLS, o setor de extensão e o setor de pesquisa.

### 5.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

A instituição de ensino superior denominada Universidade Federal de Mato Grosso do Sul deu início às suas atividades no ano de 1962, quando foi inaugurada a Faculdade de Farmácia e Odontologia na cidade de Campo Grande. Dando entrada no desenvolvimento da educação superior no Estado de Mato Grosso (HISTÓRICO DA UFMS, 2015).

Quatro anos mais tarde, no ano de 1966, mediante a Lei Estadual nº 2.620, esses dois cursos foram integrados ao Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (IBCG), ocasionando mudanças na estrutura e criação de um novo curso: medicina. No ano seguinte, 1967, com o intuito de expandir a educação superior, o Governo do Estado de Mato Grosso criou o Instituto de Ciências Humanas e Letras, na cidade de Três Lagoas e o Instituto Superior de Pedagogia, na cidade de Corumbá (HISTÓRICO DA UFMS, 2015).

A fim de integrar os três institutos, de Campo Grande, Três Lagoas e Corumbá, foi criada a Universidade Estadual do Mato Grosso, através da Lei Estadual nº 2.947 de 19 de setembro de 1969. A divisão do Estado de Mato Grosso, no ano de 1977, concretizou a federalização da instituição, que recebeu o nome de Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), pela Lei Federal nº 6.674 de 05 de julho de 1979. E o campus de Dourados (CPDO) se transformou na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), pela Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005, assim como o Centro Pedagógico de Rondonópolis/MT, se integrou à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) (HISTÓRICO DA UFMS, 2015).

A UFMS tem sua sede instalada na cidade de Campo Grande. Mas, de forma a atender aos principais pólos de desenvolvimento do estado, ela descentralizou o ensino através da manutenção de 10 campi: Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas (HISTÓRICO DA UFMS, 2015).

No âmbito do ensino, possui 160 cursos de graduação, e na pós-graduação conta com 62 especializações, 35 mestrados e 14 doutorados. Ainda apresenta alguns cursos na modalidade a distância (HISTÓRICO DA UFMS, 2015).

Sua organização administrativa é composta da seguinte forma:

-Conselhos Superiores: Conselho Universitário (COUN), Conselho Diretor (CD), Conselho de Ensino e Graduação (COEG), Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPP) e o Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (COEX);

-Reitoria;

-Pró-reitorias: Pró-Reitoria de Administração (PRAD), Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PREAE), Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN), Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPP), Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho (PROGEP);

-Unidades Suplementares: Núcleo de Tecnologia e Informação (NTI);

-Unidades de Administração Setorial: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), Faculdade de Computação (Facom), Faculdade de Direito (Fadir), Faculdade de Medicina (Famed), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (Famez), Faculdade de Odontologia (Faodo) e Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (Faeng); Instituto de Matemática (INMA), Instituto de Química (INQUI) e Instituto de Física (INFI); Escola de Administração e Negócios (ESAN);

-Coordenadorias/Diretorias (HISTÓRICO DA UFMS, 2015).

As unidades administrativas em estudo nessa pesquisa foram a PREAE, PROPP e PROINFRA. De acordo com o Manual de Competências (UFMS, 2013) da UFMS, a primeira é responsável pelo planejamento, orientação, coordenação e avaliação das atividades de extensão, de assistência estudantil e de apoio à cultura e desporto no âmbito da Universidade. A segunda é encarregada pela superintendência, orientação, coordenação e avaliação das atividades de pesquisa, de pós-graduação, de desenvolvimento tecnológico e de inovação e empreendedorismo. E a terceira pela superintendência, orientação, coordenação e avaliação das atividades de infraestrutura da universidade e de apoio logístico aos campi.

Um dos objetivos gerais da UFMS é educar para o DS (UFMS, 2011). E na tentativa de alcance desse objetivo a UFMS, através da PROINFRA, iniciou em 2013, o Programa

UFMS Sustentável, com o objetivo de tornar a instituição ecologicamente sustentável, íntegra, socialmente articulada e financeiramente equilibrada na execução eficiente de suas atividades.

Para isso o programa foi dividido em 10 eixos estratégicos: gestão de resíduos, obras sustentáveis, eficiência energética, compras sustentáveis, educação e formação em sustentabilidade, segurança e convivência, qualidade no ambiente do trabalho, eficiência no consumo de água e no uso da rede de esgoto, eficiência nos campus e acessibilidade e urbanismo.

O Programa visou adotar algumas iniciativas, dentre elas a A3P, Licitações Sustentáveis, Plataformas de Diálogo dentre outras. Alguns projetos também foram sugeridos como Edifícios Verdes, Pegada Ecológica, Ações de Extensão Sustentáveis, Gestão Integrada Sustentável e outros.

De maneira a cumprir as exigências governamentais e estimular a sustentabilidade na instituição, a UFMS mediante a resolução nº 124 de 9 de outubro de 2014 do Conselho Diretor, elaborou o PLS da UFMS, sendo a PROINFRA designada como responsável pelo plano. No mês de setembro do ano de 2014, descrevendo as ações realizadas, foi emitido o primeiro relatório de acompanhamento do PLS. E já no mês de dezembro foi publicado o plano de ação para o ano seguinte.

Conforme já ressaltado, para que haja uma universidade sustentável é necessário um compromisso por parte da sua comunidade. Este comprometimento é um fomentador para iniciativas, projetos e ações, permitindo que a sustentabilidade avance e torne-se elemento essencial da vida acadêmica de discentes e servidores. E com o fim de estimular esse comprometimento é que as ações para conscientizar, capacitar e divulgar se tornam indispensáveis.

De acordo com os Relatórios de Gestão da UFMS (UFMS, 2015) o quantitativo da comunidade da instituição está disposto no Quadro 22:

**Quadro 22 - Quantitativo da comunidade da instituição UFMS**

	2011	2012	2013	2014	2015
Total de alunos regularmente matriculados na graduação	13.556	14.637	14.799	15.639	15.659
Total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado	1.388	1.347	1.453	1.546	1.632
Alunos de residência médica	111	115	117	116	125
<b>Total</b>	<b>15.055</b>	<b>16.099</b>	<b>16.369</b>	<b>17.301</b>	<b>14.416</b>
Total de servidores	3108	3942	3117	3361	3423
<b>Total da comunidade</b>	<b>18.163</b>	<b>20.041</b>	<b>19.486</b>	<b>20.662</b>	<b>17.839</b>

Fonte: elaborado pela autora.

No ano de implantação do PLS houve um total de 39 ações no conteúdo do plano e 3 ações específicas de divulgação, conscientização e capacitação que abrangem os discentes. No ano de 2015 foram divulgadas 46 ações, dentre elas 7 de divulgação, conscientização e capacitação envolvendo os acadêmicos, descritas no Quadro 23.

Para o ano de 2016 o plano de ações divulgado contempla um total de 41 ações, e dentre elas 6 continuam abrangendo os acadêmicos em relação a divulgação, conscientização e capacitação, descritas no Quadro 24.

**Quadro 23** -Ações de Divulgação, Conscientização e Capacitação do PLS/UFMS/2015

<b>Ação/2015</b>	<b>Tema do PLS</b>
Desenvolver campanhas junto à comunidade universitária para redução do consumo de energia	Energia Elétrica
Criar uma plataforma visual/site para divulgar o sistema de resíduos sólidos e propiciar sua interação com a comunidade universitária	Coleta Seletiva
Promover campanhas de conscientização para a redução de desperdício de água, orientando o uso de maneira consciente.	Água e Esgoto
Promover campanhas para incentivo ao uso de transportes alternativos e coletivos como forma de deslocamento até a Universidade, visando à melhoria da qualidade de vida e redução do fluxo de veículos na comunidade de entorno	Deslocamento de Pessoal
Projeto de articulação para aproximar a pesquisa e a extensão universitária aos desafios de mobilidade enfrentados pela esfera administrativa da UFMS, através do estímulo ao desenvolvimento de trabalhos científicos e tecnologias que abordem o tema	Todos
Lançar a campanha “Adote uma caneca”, afixando cartazes por todos os Câmpus	Material de Consumo
Lançar a campanha “O papel tem 2 lados”, afixando cartazes em todos os Câmpus	Material de Consumo

Fonte: Elaborado pela autora.

**Quadro 24 -Ações de Divulgação, Conscientização e Capacitação do PLS/UFMS/2016**

<b>Ação/2016</b>	<b>Tema do PLS</b>
Desenvolver campanhas junto à comunidade universitária para redução do consumo de energia	Energia Elétrica
Incluir dados na plataforma visual/site para divulgar o sistema de resíduos sólidos e propiciar sua interação com a comunidade universitária	Coleta Seletiva
Promover campanha para redução do consumo de copos descartáveis, incentivando o uso de canecas e garrafinhas, e de papel A4, orientando para o reuso e encaminhamento para reciclagem	Material de Consumo
Divulgar através de site específico as informações relativas ao consumo de água, custos e medidas de eficiência oriundas da UFMS	Água e Esgoto
Promover campanhas de conscientização para a redução de desperdício de água, orientando o uso de maneira consciente	Água e Esgoto
Instituir campanhas incentivando o uso de transporte coletivo e veículos não-motorizados nos campus	Deslocamento de Pessoal

Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo dados coletados na entrevista com o Pró-reitor da PROINFRA observou-se que de início no PLS não houve a criação e a preocupação específica em elaborar ações diretamente relacionadas com os discentes. O foco foi ações voltadas para os servidores. Pois, segundo ele a maioria dos temas do PLS abrangem mais os servidores da instituição, apenas a água e energia elétrica que em sua opinião necessitam de maior conscientização dos acadêmicos. Com relação a coleta seletiva, como a separação do lixo na universidade foi determinada somente no momento que o lixo é recolhido, não havendo coletores específicos para cada tipo de lixo, o trabalho de conscientizar a população sobre o correto descarte não se enquadra no campus. Há planos futuros, mas nada determinado para implantação dos coletores específicos.

Dentre as ações realizadas pelo plano a que mais possui envolvimento dos discentes são as relacionadas com a redução do desperdício de água e energia elétrica. Os acadêmicos sempre que visualizam alguma irregularidade encaminham e-mail avisando a PROINFRA.

Outra situação em que os acadêmicos ajudaram em ações do PLS, foi através de bolsas de trabalho que a própria PROINFRA disponibilizou para elaboração de gráficos que representassem a economia de energia e água que a UFMS estava tendo com as mudanças adotadas, porém nada relacionado a projetos de pesquisa ou extensão.

A PROINFRA a fim de possibilitar que os discentes e a comunidade universitária possam sugerir ideias para o PLS, disponibilizou um link no site para que sejam encaminhadas propostas, como também realizou a primeira audiência pública este ano, para

apresentar os resultados do plano até o momento e dar abertura para que as pessoas se manifestassem. A próxima ação a ser realizada é a distribuição de cartazes pelo campus chamando a comunidade para dar sugestões e aprimorar o PLS.

Os três pró-reitores entrevistados relataram que não há nenhum projeto de pesquisa ou extensão que vise auxiliar o PLS, mas que acreditam ser importante essa aproximação entre as três pró-reitorias. O pró-reitor da PROINFRA ressaltou que em sua opinião as dificuldades para essa aproximação é a cultura, a falta de recursos para fomento e o interesse dos coordenadores dos projetos em criar projetos de acordo com as demandas internas da universidade. Segundo ele, o setor que mais faz parcerias com a PROINFRA é o setor da Biologia, que está vinculado ao CCBS, sempre auxiliando e orientando sobre as podas e plantios de árvores.

Também opinou que para estimular a aproximação deveriam ser criadas políticas regulamentadoras interligando os setores, como também que a administração central da universidade atenda as suas demandas utilizando os seus recursos internos (ex. professores, acadêmicos da graduação, pós-graduação, projetos de pesquisa ou extensão e etc.) para que não seja necessário buscar tanto auxílio com terceiros. Isso ajudaria a fortalecer as relações entre os vários setores da instituição. Pois, os próprios interessados, que vivem a realidade da universidade poderiam participar e ajudar em seu aprimoramento.

O pró-reitor da PREAE citou que em sua opinião a maior dificuldade é a escassez de recurso. E que a universidade no momento da elaboração de seu planejamento precisa fazer um levantamento das reais necessidades da organização, verificando quais pontos e temas estão mais evidentes para buscar soluções. Citou como exemplo, verificar em que áreas a universidade gasta mais? Energia? Água? e descobrir o motivo para isso estudando possibilidades e buscar recursos para solucionar o problemas através de seus próprios setores. Da mesma forma que o pró-reitor da PROINFRA ele acredita que dessa forma haveria um melhor relacionamento entre os setores.

O pró-reitor da PROPP acredita que a maior dificuldade para a aproximação das áreas é a diferença no tempo de ciclo da pesquisa com relação ao ciclo operacional. O ciclo operacional é menor e mais rápido que o da pesquisa. O planejamento institucional da UFMS é de cinco anos, se a pesquisa ultrapassar este período o seu benefício só poderá ser utilizado no planejamento seguinte. Como também há o risco dos resultados da pesquisa não serem alcançados em sua totalidade, podendo não corresponder ao que foi proposto inicialmente.

Outra dificuldade relatada é a restrição dos órgãos públicos em poderem fazer apenas o que está determinado por legislação inibindo a inovação e o surgimento de ideias novas.

A seguir serão discriminadas a situação dos projetos de pesquisa e extensão da UFMS e as considerações obtidas pelas entrevistas.

Na Tabela 4 descreve-se a quantidade encontrada de projetos de pesquisa e extensão da UFMS que foram filtrados pelos termos "sustentabilidade", "desenvolvimento sustentável" e "sustentável" no sistema SIGPROJ:

**Tabela 4** -Quantitativo de projetos de pesquisa e extensão da UFMS

	<b>Pesquisa</b>	<b>Extensão</b>
Projetos filtrados	38	89
Total de projetos	3842	6155
% Projetos/Total	0,9%	1,4%

Fonte: dados coletados pela autora no período de 06 jan. 2016 a 08 jan. 2016.

De acordo com as informações obtidas na entrevista com o pró-reitor da PREAE a UFMS não disponibiliza incentivos específicos para estimular projetos de extensão com a temática da sustentabilidade. E as áreas que ele observa que mais produzem projetos relacionadas a sustentabilidade de modo geral são os cursos na área de educação (ciências humanas) e da área de biológicas (ciências exatas e da terra). Relacionados em específico com a questão da energia elétrica estão os cursos da engenharia e direcionados ao meio ambiente estão os cursos de biológicas, geografia, engenharia ambiental, arquitetura e engenharia de produção.

Ele também acredita que apesar de existirem projetos de extensão com o tema da sustentabilidade é necessário estimular mais, pois esse convívio e experiência podem influenciar na formação de profissionais mais sensíveis a essa temática.

O pró-reitor da PREAE assinalou que nas universidades federais como um todo há um grande problema no cadastramento de projetos de extensão. Pois, todas as ações que não se encaixam como pesquisa ou ensino entram como extensão. Mas a extensão não é a falta de enquadramento ou no ensino ou na pesquisa, mas corresponde ao retorno do conhecimento promovido pela instituição para a comunidade externa, possibilitando a experiência prática dos acadêmicos. Sendo assim esse cadastramento indevido, em sua opinião é um fator limitante para averiguar o quantitativo de projetos.

Assim como na PREAE, o pró-reitor da PROPP relatou que não há incentivos direcionados ao tema da sustentabilidade. E acredita serem necessários avanços no conhecimento para poder ser feita uma discriminação correta de quais projetos de pesquisa podem ser incentivados por abrangerem o tema da sustentabilidade. O entrevistado concorda que a universidade possui projetos relacionados a sustentabilidade, destacando que a pós-graduação em Ecologia e Conservação da universidade está entre as que mais recebem fomento. Mas ainda é necessário estimular mais projetos sobre o tema para possibilitar a formação de profissionais mais preocupados.

As sugestões dadas para este estímulo foi por meio de criação de programas de pós-graduação, linhas e grupos de pesquisa na área. Devido ao tema estar em destaque na atualidade e o Estado do Mato Grosso do Sul ser rico em biodiversidade não haverá muitas dificuldades em conseguir recursos pelos órgãos de fomento.

Na opinião do Pró-reitor da PROPP a aproximação dos setores de pesquisa, extensão e infraestrutura não é de difícil execução. Mas há limitações que dificultam a categorização dos projetos de pesquisa a fim de verificar se estão ou não beneficiando a gestão. Seria necessário um diálogo entre as linhas de pesquisa com o PLS.

## **6 PLANO DE AÇÃO**

Após a apresentação dos resultados da pesquisa que permitiu a análise da situação de relacionamento entre as áreas de pesquisa, extensão e gestão das UF's, em específico da UFMS, sugere-se o plano de ação, descrito no Quadro 25, como tentativa de incentivar projetos de pesquisa/extensão na área da sustentabilidade e incentivar a integração das áreas de extensão, pesquisa e infraestrutura da UFMS.

O plano de ação foi baseado em ações já praticadas por algumas universidades que responderam aos questionamentos e também com base nas informações coletadas nas três entrevistas da pesquisa.

O período de aplicação das sugestões foi discriminado como "a definir" pois no presente momento não há dados suficientes para prever o período para a aplicação das ações sugeridas.

**Quadro 25 -Plano de ação**

<b>O quê?</b>	<b>Como?</b>	<b>Quem?</b>	<b>Quando?</b>
Incentivar projetos de pesquisa/extensão na área da sustentabilidade	-Criação de editais específicos para o tema;	-PREAE -PROPP	-A definir
	-Pontuações extras para o tema da sustentabilidade nos editais;	-PREAE -PROPP	-A definir
	-Disponibilização de bolsas de estudo para o tema da sustentabilidade;	-PREAE -PROPP	-A definir
	-Premiações para os melhores projetos na área;	-PREAE -PROPP	-A definir
	-Facilitar a disponibilização de recursos para projetos na área;	-PREAE -PROPP -Reitoria	-A definir
Incentivar a integração das áreas de extensão, pesquisa e infraestrutura	-Ao elaborar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMS verificar as áreas mais críticas de desperdício de recursos (ex. água, energia etc.) e solicitar auxílio através da criação de projetos ou programas da PROPP ou PREAE para tentar sanar o problema;	-Reitoria -Conselhos Superiores	-A definir
	-Criar linhas ou grupos de pesquisa/extensão específicos para auxiliar nas demandas internas da UFMS;	-PROPP -PREAE	-A definir
	-Elaboração de um sistema de informação que compreenda todos os projetos relacionados a sustentabilidade, facilitando a disseminação de informações entre os setores;	-PREAE -PROPP -NTI	-A definir
	-Categorizar os projetos relacionados a sustentabilidade que estejam em andamento para verificar quais podem trazer benefícios diretos para a gestão da UFMS;	-PREAE -PROPP	-A definir
	-Criar bolsas de estudo para projetos que visem auxiliar as ações do PLS	-PROPP -PREAE -PROINFRA	-A definir

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As UF's como organizações que devem servir de exemplo de gestão mais preocupada com as questões ambientais e com a responsabilidade de formar profissionais mais sensíveis a essa temática precisam proporcionar ações que visem qualificar e conscientizar a sua comunidade universitária. A educação é vista como a chave para a promoção do DS, e as universidades como formadoras dos futuros dirigentes intelectuais e políticos precisam adaptar sua estrutura para promover uma educação aos seus acadêmicos que incentive e promova a consciência para a sustentabilidade.

Diante desse exposto o objetivo geral deste estudo foi propor às áreas responsáveis pela extensão, pesquisa e infraestrutura da UFMS alternativas de aprimoramento das ações, que envolvem o tema sustentabilidade e que possuem como público afetado os discentes.

A temática da sustentabilidade e o Desenvolvimento Sustentável são preocupações que dependem atenção mundial sendo de extrema importância, pressionando cada vez mais as organizações, sejam privadas ou públicas a incorporarem uma gestão ambiental. E as UF's, como organizações públicas, precisam tomar atitudes que incorporem essas preocupações.

De encontro com a postura de Barbieri (2007) de que para construir uma empresa sustentável é necessário que as organizações adotem novas atitudes em busca de seus objetivos, de tal forma que englobem as questões ambientais em suas tomadas de decisão e levando em conta que o PLS foi elaborado como uma ferramenta para viabilizar práticas de sustentabilidade nos órgãos públicos, pode-se observar que as universidades federais estão em fase de transição para organizações mais sustentáveis. Pois, mesmo que estes temas estejam tão propagados, ainda são poucas e incipientes as ações com objetivo de conscientizar para a sustentabilidade dentro das UF's brasileiras.

Quatro anos após a criação do PLS a porcentagem de universidades que adotaram o PLS é baixa, aproximadamente 34%, e 8% estão em fase de elaboração do plano. E dos 22 PLS's existentes apenas 8 obtiveram relatório de acompanhamento. Conforme Tinoco; Kraemer (2004), a concretização da sustentabilidade no meio organizacional acontece a partir da transformação da cultura. Na tentativa dessa transformação, que as ações de divulgação, capacitação e conscientização se fazem necessárias. Elas estão presentes nos PLS's, porém na maior parte são descritas com superficialidade.

O PLS por ter sido determinado por decreto se torna uma obrigatoriedade no meio público, sendo assim a criação de penalidades e sanções para quem não cumprir o decreto,

pode ocasionar o aumento da elaboração dos planos pelas universidades como também maior monitoramento por parte dos órgãos de controle do governo.

Espera-se que nos próximos anos, a exemplos das universidades que já instituíram e mediante a sensibilização e capacitação dos servidores e da comunidade acadêmica as demais universidades insiram o PLS em suas gestões e elaborem diferentes propostas de divulgação, capacitação e conscientização.

A partir do retorno dos questionamentos a respeito dos projetos de pesquisa e extensão das UF's observou-se que a maioria das respostas foi negativa, com relação ao incentivo de projetos na área de sustentabilidade. De 41 respostas 30 foram negativas. E as que responderam de forma afirmativa, propõem incentivos através de editais específicos de fomento privilegiando as linhas temáticas da sustentabilidade, através de pontuações diferenciadas para o tema, mediante disposição de bolsas de estudo e premiações que podem chegar a prêmios em dinheiro e auxílios para compra de materiais e transporte para a realização dos projetos.

As respostas a respeito de projetos de pesquisa ou extensão que estejam relacionados ao PLS obtiveram 5 retornos positivos de um total de 14 respostas. Os projetos que existem vão desde auxílio no diagnóstico da organização para implantação do plano até ações para ajudar nos variados temas do PLS, seja na diminuição do consumo de energia e água, criação de programas de coleta seletiva, redução de material de consumo e inserção de obras sustentáveis na infraestrutura da instituição, como ações voltadas para conscientização da comunidade. No conteúdo dos 22 PLS's analisados, apenas 5 descrevem projetos de pesquisa ou extensão que foram elaborados para auxiliá-lo.

Percebe-se que as práticas de relacionamento entre as áreas de projetos de pesquisa ou de extensão com o PLS ainda não são tão comuns entre as UF's. Também é uma realidade que todas as UF's possuem projetos com o tema da sustentabilidade, apesar de não haverem incentivos específicos para essa área na maioria delas.

Observa-se também que das duas UF's brasileiras (UTFPR e a UFU) que participam do PRME, apenas a UTFPR possui PLS e em seu conteúdo não consta ou a redação não possibilita dizer que há ações de divulgação, conscientização e capacitação direcionadas aos discentes. Um dos seis princípios do PRME é o propósito de desenvolver as capacidades dos alunos para serem a futura geração de valor sustentável utilizando como método a criação de estruturas educacionais, materiais, processos e ambientes que permitam experiências de aprendizagem. Além de utilizar a pesquisa como meio de compreensão sobre o papel, a

dinâmica e o impacto das organizações na criação de valor social, ambiental e econômico sustentável e também criar parcerias e viabilizar diálogos entre os diversos setores da sociedade (empresas privadas, estudantes, educadores, sociedade civil, governo e etc.). Portanto criar um elo de relacionamento entre a gestão universitária, as áreas de pesquisa e de extensão pode ser um mecanismo estrutural muito importante para o alcance desses propósitos.

Na UFMS, a organização objeto de estudo desta pesquisa, observou-se que não há incentivos específicos para projetos de extensão ou pesquisa na temática da sustentabilidade assim como ainda não há o relacionamento entre as áreas de infraestrutura (responsável pelo PLS), pesquisa e extensão.

Os resultados encontrados confirmam o que foi colocado pelo estudo de Lozano et al. (2014), o qual detectou que as iniciativas para gerar o DS são departamentalizadas e não elaboradas de forma holística e integrada. Mediante as respostas negativas da existência de projetos de pesquisa e extensão que se relacionam com o PLS, percebe-se que falta para as gestões das universidades maior interação entre seus diversos setores para o alcance de um mesmo objetivo.

Além de estimular mais ações que interligam os setores da instituição, é necessária a mudança de cultura organizacional para que tanto os servidores como os acadêmicos possam incorporar as atitudes sustentáveis em suas tarefas.

Como forma de contribuição social este trabalho apresentou propostas para integração das áreas de gestão universitária, extensão e pesquisa assim como ações para incentivar projetos de pesquisa e extensão com a temática da sustentabilidade na instituição UFMS, mas que poderão ser utilizadas por outras UF's.

Em decorrência dos resultados apresentados, a presente pesquisa por elaborar um banco de ações e práticas diferenciadas que as UF's utilizam, através do conteúdo dos PLS's, serve de exemplo e consulta para as outras instituições de ensino. Assim como o levantamento das formas de incentivos a temática da sustentabilidade disponibilizadas para áreas de pesquisa e extensão podem nortear as demais UF's para que adaptem em sua estrutura.

Dessa forma implica sugestões para futuras pesquisas de como adaptar essas propostas, tendo em vista as particularidades de cada UF, como também ampliar o banco de ações para toda a comunidade universitária das universidades. Como também na elaboração de novas propostas de relacionamento entre as áreas de gestão universitária, pesquisa e extensão de acordo com a demanda interna de cada UF. Sugere-se também para estudos

futuros a criação de um Observatório do PLS, em que se faça comparações dos PLS's existentes com os que vierem a surgir para verificar se está ocorrendo avanços em relação as ações do conteúdo, levantando a questão: o PLS está servindo como impulsionador de uma gestão/cultura mais sustentável ou apenas para cumprir a legislação?

A pesquisa apresentou limitações no que tange a obtenção das respostas sobre os questionamentos enviados as 63 UF's, devido a dificuldade em conseguir o retorno das mesmas. Também houve dificuldade no alcance do quantitativo de projetos de pesquisa e extensão, justificada pela baixa adesão das UF's ao sistema SIGPROJ e a falta de filtragem por título e palavra-chave nos sistemas de projetos específicos de cada UF. Como também a categorização dos projetos teve suas implicações devido aos diferentes sistemas de gestão de projetos e pela falta de informações em algumas UF's, como data ou área de conhecimento vinculada. Outro fator que restringiu a pesquisa é o fato de que em alguns casos as UF's possuem ações de sustentabilidade mas não possuem o PLS, como também as que possuem o PLS, praticam ações e não as contabilizam em seus planos.

## 8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIGLERI, L; ALIGLERI, L. A.; KRUGLIANSKAS, I. **Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade no negócio**. São Paulo: Atlas, 2009.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. 101 p. Disponível em: <<http://www.fernandoalmeida.com.br/livros/livro-fernando-almeida>>. Acesso em: 8 set. 2015.

ASHLEY, P. A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 340p.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2. ed. Atual e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2007. 358 p.

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade :uma análise comparativa**. 2002. 235 f. Tese (Doutorado)– Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 2 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.773, de 6 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012a. Regulamenta o art. 3o da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm)>. Acesso em: 5 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 10 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm)>. Acesso em: 17 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Portaria Interministerial nº 244 de 06 de junho de 2012b. Institui o Projeto Esplanada Sustentável. Publicada no DOU de 08/06/12, seção I, página 137. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.orcamentofederal.gov.br/eficiencia-do-gasto/Ptr\\_Intermin\\_244\\_de\\_060612.pdf](http://www.orcamentofederal.gov.br/eficiencia-do-gasto/Ptr_Intermin_244_de_060612.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012c. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wpcontent/uploads/2012/11/Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa-10-2012.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2014.

CAMPOS, F. G.; SANTOS, R. F.; SANTOS, F. C. P. A Importância da pesquisa científica na formação profissional dos alunos do curso de educação física do UNILESTEMG. **Revista Digital de Educação Física**, Ipatinga, v. 4, n. 2, p. 11, ago/dez. 2009. Disponível em: <[http://www.unilestemg.br/movimentum/Artigos\\_V4N2\\_em\\_pdf/Campos\\_Santos\\_Santos\\_Movimentum\\_v4\\_n.2\\_2\\_2009.pdf](http://www.unilestemg.br/movimentum/Artigos_V4N2_em_pdf/Campos_Santos_Santos_Movimentum_v4_n.2_2_2009.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2015.

CNPQ. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Tabela de Áreas de Conhecimento(2015)**. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/>>. Acesso em: 20 out. 2015.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 2, n. 4, p. 1-13, Sem II. 2008. Disponível em: <[http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/metodos\\_quantitativos\\_e\\_qualitativos\\_um\\_resgate\\_teorico.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodos_quantitativos_e_qualitativos_um_resgate_teorico.pdf)>. Acesso em: 2 dez. 2015.

DELORS, J. (coord). **Educação: um tesouro a descobrir**. 9.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: UNESCO, 2004.

DIANA, J. M. L. **Gestão ambiental da universidade de Brasília: avanços e desafios**. 2012. 33 f. Monografia (Especialização). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília. DF, 2012.

DIEHL, A. A. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 176 p.

ELKINGTON, J. (1994). Towards the sustainable corporation: win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**, 36 (2), 90-100.

GALLI, A. **Educação ambiental como instrumento para o desenvolvimento sustentável**. 1.ed. (2008), 3ª reimpressão. Curitiba: Juruá, 2012. 308 p.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. 127 p.

GEIGER, P. **Novíssimo aulete: dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 1ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2012. 1488p. Disponível em: < <http://www.aulete.com.br> >. Acesso em: 21 set. 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011. 200 p.

HISTÓRICO DA UFMS. Disponível em: <<http://www-nt.ufms.br/institution/view/id/15>>. Acesso em 10 set. 2015.

I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Universidade de Brasília, Brasília, 1987. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

KAMAL, A. S. Md; ASMUSS, M. Benchmarking tools for assessing and tracking sustainability in higher educational institutions: identifying an effective tool for the university of Saskatchewan. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 14, n. 4, p. 449-465. 2013.

KARKOTLI, G. R. **Responsabilidade social: uma estratégia empreendedora**. 2004. 216 f. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2004.

KRUGER, S. D. et al. Gestão ambiental em instituição de ensino superior - uma análise da aderência de uma instituição de ensino superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública (A3P). **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, v. 4, n. 3, p.44-62, set/dez. 2011.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1992. 250 p.

LOPES, J. C.J. **Resíduos sólidos urbanos: consensos, conflitos e desafios na gestão institucional da Região Metropolitana de Curitiba - PR**. 2007. 250 p. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2007.

LOZANO, R. et al. A Review of commitment and implementation of sustainable development in higher education: results from a worldwide survey. **Journal of Cleaner Production**, v. 108, p. 1-18. 2014.

LUIZ, L. C. **Plano de gestão de logística sustentável: proposta de um modelo para avaliação do desempenho socioambiental em instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica**. 2014. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.

LUIZ, L. C. et al. Agenda ambiental na administração pública (A3P) e práticas de sustentabilidade: estudo aplicado em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. **Administração Pública e Gestão Social**, p. 54-62, abr-jun. 2013. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/441#.Vi9cDSuzWUk>>. Acesso em: 17 set. 2015>.

LUIZ, L. C.; PFITSCHER, E. D. **Plano de gestão de logística sustentável: proposição de ações e indicadores socioambientais para avaliar o desempenho nos órgãos públicos federais**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE. **Anais...** São Paulo, SP. 2014. Disponível em: <<http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/264.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

MACHADO, D. Q. et al. Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social corporativa: um estudo da produção científica brasileira. **Revista Brasileira de Administração**

**Científica**. V. 3, n. 3, p. 183-200, 2012. Disponível em: <<http://sustenere.co/journals/index.php/rbadm/article/view/ESS2179684X.2012.003.0012/202>>. Acesso em 24 set 2015.

MAIMON, D. **Passaporte verde: gerência ambiental e competitividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996. 111 p.

MAYOR, F. **Preparar um futuro viável: ensino superior e desenvolvimento sustentável**. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR. Tendências de educação superior para o século XXI. Anais. Paris: 1998. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/wdconfhigheduc.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Elsevier Science Inc**. New York, p.493-520. 1998. Disponível em: <[http://www.is.cnpm.embrapa.br/bibliografia/1998\\_Sustainability\\_and\\_sustainable\\_development\\_Historical\\_and\\_conceptual\\_review.pdf](http://www.is.cnpm.embrapa.br/bibliografia/1998_Sustainability_and_sustainable_development_Historical_and_conceptual_review.pdf)>. Acesso em: 19 mai. 2015.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research in practice: examples for discussion and analysis**. Califórnia: Jossey-Bass, 2002. 439 p.

MEYER, M. M. **Gestão ambiental no setor mineral: um estudo de caso**. 2000. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/78228/176152.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 9 set. 2015.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Cascavel, n. 16, p. 41. 2004. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/depcie/arquivos/artigo/ii\\_sustentabilidade.pdf](http://w3.ufsm.br/depcie/arquivos/artigo/ii_sustentabilidade.pdf)>. Acesso em: 19. mai. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Sistema e-mec (2016)**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 9 de set. 2015.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Agenda ambiental na administração pública(A3P)**. 5 ed. Brasília, DF. 2009. 100p. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/\\_arquivos/cartilha\\_a3p\\_36.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf)>. Acesso em: 2. set. 2015.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 brasileira: resultado da consulta nacional/Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional**. 2. ed. Brasília, DF. 2004. 158 p. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira>>. Acesso em: 21 set. 2015.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Conferência das nações unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento: agenda 21 global**. Brasília, DF. 1995. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 5 out. 2014.

OLIVEIRA, I.; GADELHA, F. E. A. A gestão ambiental e a análise do uso racional e ecologicamente correto dos recursos naturais e seus processos no centro de tecnologia da universidade federal do Ceará. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, v. 18, n. 1, p. 43-56, abr. 2014. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reget/article/view/10324/pdf>>. Acesso em: 17 set. 2015.

OLIVEIRA, L. R.; MARTINS, E. F.; LIMA, G. B. A. Evolução do conceito de sustentabilidade: um ensaio bibliométrico. **Relatórios de Pesquisa em Engenharia de Produção**, Rio de Janeiro, v.10, n.4, p. 17, mar/abr.2010. Disponível em: <[http://www.producao.uff.br/conteudo/rpep/volume102010/RelPesq\\_V10\\_2010\\_04.pdf](http://www.producao.uff.br/conteudo/rpep/volume102010/RelPesq_V10_2010_04.pdf)>. Acesso em: 8 set. 2015.

ONU. Organização das nações unidas. **Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano (declaração de Estocolmo)**, adotada de 5 a 16 de junho de 1972.

ONU. Organização das nações unidas. **Declaração de Joanesburgo sobre desenvolvimento sustentável**, adotada de 2 a 4 de setembro de 2002.

PRME. Principles for responsible management education (2016). Disponível em: <<http://www.unprme.org/index.php>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000. 95 p.

\_\_\_\_\_. **Estratégias para o século XXI**. In: BURSZTYN, M. (Org.) Para pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SIGPROJ. **Sistema de informação e gestão de projetos (2015)**. Disponível em: <<http://sigproj1.mec.gov.br/?goTo=what&plataforma=5>>. Acesso em: 22. set. 2015.

SILVA, A. S. **Espaço urbano, desigualdade e indicadores de dimensões da sustentabilidade**: análise de formosa-GO. 2011. 277 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2011. Disponível em: <[http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105026/silva\\_as\\_dr\\_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105026/silva_as_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 15 set. 2015.

SOUSA, M. C. P.; MADRUGA, L. R. R. G. **Sustentabilidade nas universidades federais à luz da legislação no Brasil**. In: 3º FÓRUM INTERNACIONAL ECOINOVAR, 2014, Santa Maria, RS. Disponível em: <<http://ecoinovar.com.br/cd2014/arquivos/artigos/ECO362.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

TAUCHEN, J. A. **Um modelo de gestão ambiental para implantação em instituições de ensino superior**. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, RS, 2007.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A Gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, São Carlos. v. 13, n.

3, p. 503-515, set/dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/11.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 296 p.

TRIPOLONE, I. C.; ALEGRE, L. M. P. Universidade tecnológica articulada com a sociedade através da extensão social. **Tecnologia & Humanismo**, Curitiba, n. 31, p. 32-37, set. 2006.

UFC. Universidade Federal do Ceará. **Plano de logística sustentável**. Fortaleza, CE. 2013. Disponível em: <[http://www.ufc.br/images/\\_files/gestao\\_ambiental/plano\\_de\\_logistica\\_sustentavel\\_ufc.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/gestao_ambiental/plano_de_logistica_sustentavel_ufc.pdf)> Acesso em: 20 abr. 2015.

UFCSPA. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. **Plano de gestão de logística sustentável**. Porto Alegre, RS. 2013. Disponível em: <<http://www.ufcspa.edu.br/ufcspa/institucional/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

UFERSA. Universidade Federal Rural do Semi-Árido. **Plano de gestão de logística sustentável**. Mossoró, RN. 2013. Disponível em: <<http://reitoria.ufersa.edu.br/comissoes/pls/pls/>>. Acesso em 21 abr. 2015.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. **Plano de gestão de logística sustentável**. Chapecó, SC. 2013. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br/sustentabilidade/PlanodeGestaoSustentavel.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

UFG. Universidade Federal de Goiás. **Plano de gestão de logística sustentável**. Goiânia, GO. 2013. Disponível em: <[https://sustentabilidade.prodirh.ufg.br/up/676/o/original\\_Site\\_PLS-UFG\\_2014-2015.pdf](https://sustentabilidade.prodirh.ufg.br/up/676/o/original_Site_PLS-UFG_2014-2015.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

UFGD. Universidade Federal da Grande Dourado. **Plano de gestão de logística sustentável**. Dourados, MS. 2014. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/soc/couni/normas-e-regulamentos/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-da-ufgd>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

UFMA. Universidade Federal do Maranhão. **Plano de logística sustentável**. São Luiz, MA. 2014. Disponível em: <<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/DoGRffJ0NArQL0N.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. **Manual de Competências (2013)**. Disponível em: <[http://cpar.sites.ufms.br/files/2014/09/Manual-de-Compet%C3%Aancias-da-UFMS.pdf?\\_ga=1.231505759.1596435093.1407197580](http://cpar.sites.ufms.br/files/2014/09/Manual-de-Compet%C3%Aancias-da-UFMS.pdf?_ga=1.231505759.1596435093.1407197580)>. Acesso em 16 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. **Plano de gestão de logística sustentável**. Campo Grande, MS. 2014. Disponível em: <<http://www.wnt.ufms.br/manager/titan.php?target=openFile&fileId=2546>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. **Pró-reitoria de extensão e assuntos estudantis**. Disponível em: <<http://preae.sites.ufms.br/>>. Acesso em: 17 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. **Relatórios de Gestão**. Disponível em: <<https://www.ufms.br/universidade/documentos-oficiais-e-relatorios/relatorios-de-gestao/>>. Acesso em: 30 junho. 2016.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul: **Resolução nº 35 de 13 de maio de. 2011**. Disponível em: <<https://bse.ufms.br>>. Acesso em: 02 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. **Sistema de informações de ensino**. Disponível em: <<http://www.sien.ufms.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

UFOPA. Universidade Federal do Oeste do Pará. **Plano de logística sustentável**. Santarém, PA. 2014. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/arquivo/docdiv/2015/plano-de-logistica-sustentavel>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. **Plano de logística sustentável**. João Pessoa, PB. 2013. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/assets/conteudo/uploads/universidade-federal-da-paraiba.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

UFRA. Universidade Federal Rural da Amazônia. **Plano de logística sustentável**. Belém, PA. 2014. Disponível em: <<http://www.propladi.ufra.edu.br/index.php/ct-menu-item-9>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

UFRB. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Plano de logística sustentável**. Cruz das Almas, BA. 2013. Disponível em: <[http://www1.ufrb.edu.br/logisticasustentavel/images/PLS\\_UFRB.pdf](http://www1.ufrb.edu.br/logisticasustentavel/images/PLS_UFRB.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

UFRR. Universidade Federal de Roraima. **Plano de logística sustentável**. Boa Vista, RR. 2013. Disponível em: <<http://proplan.ufrb.br/index.php/planejamento/pls>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

UFS. Universidade Federal de Sergipe. **Plano de logística sustentável**. São Cristóvão, SE. 2013. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/assets/conteudo/uploads/universidade-federal-de-sergipe.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Plano de gestão de logística sustentável**. Florianópolis, SC. 2013. Disponível em: <<http://pls.ufsc.br/files/2013/08/Relatorio-Publicado-PLS3.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

UFSJ. Universidade Federal de São João del Rei. **Plano de gestão de logística sustentável**. São João del Rei, MG. 2013. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/assets/conteudo/uploads/universidade-federal-de-sao-joao-del-rei.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. **Plano de gestão de logística sustentável**. Santa Maria, RS. 2013. Disponível em: <<http://site.ufsm.br/arquivos/uploaded/arquivos/78289d73-cac5-45ff-9cc6bdb3200a109b.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

UFT. Universidade Federal de Tocantins. **Plano de gestão de logística sustentável**. Palmas, TO. 2013. Disponível em: <<http://download.uft.edu.br/?d=bc490772-fec0-4e5e-b174-992092eef949;1.0:Plano%20de%20Gest%C3%A3o%20de%20Log%C3%ADstica%20Sustent%C3%A1vel.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

UFTM. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. **Plano de gestão de logística**. Uberaba, MG. 2015. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

UFVJM . Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. **Plano de Gestão de Logística Sustentável**. Diamantina, MG. 2013. Disponível: <[http://www.ufvjm.edu.br/cppd/formularios/doc\\_view/2541-relatorio-do-plano-de-logistica-sustentavel.html?lang=pt\\_BR.utf8%2C+pt\\_BR.UT](http://www.ufvjm.edu.br/cppd/formularios/doc_view/2541-relatorio-do-plano-de-logistica-sustentavel.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UT)>. Acesso em: 21 abr. 2015.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Declaração mundial sobre educação superior no século XXI: visão e ação**, 1998. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/DireitoaEduca%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>>. Acesso em: 22 set. 2015.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas**. Brasília: Ed. IBAMA, 1999. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001106/110686porb.pdf>>. Acesso em: 21 set. em 2015.

UNIFAL/MG. Universidade Federal de Alfenas. **Plano de logística sustentável**. Alfenas, MG. 2013. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/portal/arquivos/pls-unifal-mg.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. **Pacto Global da ONU (2015)**. Disponível em: <<https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

UTFPR. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. **Plano de gestão de logística sustentável**. Guarapuava, PR. 2013. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/guarapuava/estrutura-universitaria/assessorias/plano-de-logistica-sustentavel>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

VALLAEYS, F. Responsabilidad social universitaria: una nueva filosofía de gestión ética e inteligente para las universidades. **Revista Educación Superior y Sociedad: Nueva Época**, v. 13(2), p. 193–220. 2008. Disponível em: <<http://ess.iesalc.unesco.org.ve/index.php/ess/article/view/47/34>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

VÁZQUEZ, J. L; AZA, L. C; LANERO, A. Are students aware of university social responsibility? Some insights from a survey in a Spanish university. **International Review on Public and Nonprofit Marketing**: Springer Berlin Heidelberg, v. 11, p. 195-208.2014. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs12208-014-0114-3>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

VIEGAS, S. F. S; CABRAL, E. R. Práticas de sustentabilidade em instituições de ensino superior: evidências de mudanças na gestão organizacional. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 236-259, jan. 2015.

XAVIER, P. H. I. **Estratégias sistêmicas para criação de um sistema integrado de gestão ambiental (siga) na universidade federal de Santa Maria**. 2013. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013. Disponível em: <[http://cascavel.ufsm.br/tede//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5673](http://cascavel.ufsm.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5673)>. Acesso em: 17 set. 2015.

**ANEXOS**

## ANEXO 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado participante,

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “**O tema sustentabilidade e discentes: uma proposta para a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul**”. Esta pesquisa objetiva propor as áreas responsáveis pela extensão, pesquisa e infraestrutura da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, alternativas de aprimoramento das ações, que envolvam o tema sustentabilidade e que possuam como público afetado os discentes.

A entrevista semi-estruturada será aplicada em três roteiros: roteiro de entrevista semi-estruturado número 1, número 2 e número 3. O tempo médio da entrevista é de 60 minutos. Você precisa decidir se quer participar ou não. E fica garantido a recusa em responder, sem nenhum prejuízo, ao participante que não quiser responder a um ou mais itens do roteiro. Assim como, fica garantido a recusa, sem nenhum prejuízo, caso o participante opte por não participar do estudo, ou até mesmo para aquele que desistir da participação durante a aplicação. Por favor, não tenha pressa em tomar a decisão.

Ao aceitar participar da pesquisa, você não receberá nenhuma remuneração ou privilégio, e nem terá quaisquer custos. Leia com atenção o que se segue e pergunte caso tenha alguma dúvida. A entrevista será aplicada pela mestranda Milena MissianoComeron Ribeiro, sob orientação da Professora Doutora Rosamaria Cox Moura Leite Padgett, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O risco da pesquisa consiste no constrangimento do participante ao responder o roteiro da entrevista. E o benefício esperado é a sugestão de proposta para as áreas de extensão, pesquisa e infraestrutura da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul alternativas que aprimorem as ações que envolvem o tema sustentabilidade e que são direcionadas para os discentes.

A previsão dos resultados obtidos é para o mês de outubro de 2016 e serão publicados em meio científico, exclusivamente. A sua contribuição será muito importante, no entanto, ela é voluntária e poderá ser negada caso sinta algum tipo de constrangimento em responder às perguntas.

Se surgirem dúvidas em relação à pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora por meio do e-mail: milena.missiano@ufms.br.

Caso concorde em participar, assine seu nome abaixo, indicando que leu e compreendeu a natureza do estudo e que todas as dúvidas foram esclarecidas.

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Nome:** Assinatura da Pesquisadora:

Telefone para contato: 55 67 9976-3022

Telefone do Comitê de Ética: 55 67 3345-7187

## ANEXO 2: ENTREVISTA 1

### **Roteiro de entrevista semi-estruturado ao Pro-reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PREAE)**

#### **Objetivo Geral:**

Propor as áreas responsáveis pela extensão, pesquisa e infraestrutura da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), alternativas de aprimoramento das ações, que envolvem o tema sustentabilidade e que possuem como público afetado os discentes.

#### **Objetivos Específicos:**

1. Reunir as ações de divulgação, conscientização e capacitação relacionadas com os discentes publicadas nos PLS das UF brasileiras;
2. Apontar o registros de projetos de pesquisa e extensão relacionados com o tema sustentabilidade das UF brasileiras e verificar se as mesmas os dão incentivos.
3. Descrever se há relação entre projetos de pesquisa e extensão com as ações do Plano de Gestão de Logística Sustentável.
4. Descrever como o tema sustentabilidade é abordado nas áreas responsáveis pela extensão, pesquisa e infraestrutura da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

1.Com relação a temática da sustentabilidade, na sua opinião há significativo número de projetos de extensão sendo desenvolvidos na UFMS?

2. Na sua opinião há equidade na distribuição dos projeto de extensão por áreas de conhecimento? Quais áreas se destacam mais nessa temática? Por que?

3. A UFMS possui algum projeto de extensão na área sustentável que tem destaque nacional ou regional?

4. A UFMS possui incentivos específicos para projetos de extensão nessa área? Em caso afirmativo, quais?

5.Na sua opinião é necessário estimular mais projetos de extensão na área da sustentabilidade? De que forma isso poderia ser feito?

6.Na pró-reitoria de sua responsabilidade já surgiram propostas de estimular projetos de extensão que visem aprimorar as ações do Plano de Gestão de Logística Sustentável da Ufms? Mencione facilidade e dificuldades na execução da proposta.

7.Na sua opinião os projetos de extensão relacionados ao tema sustentabilidade possibilitam a formação de profissionais mais sensíveis a essa temática?

## ANEXO 3: ENTREVISTA 2

**Roteiro de entrevista semi-estruturado ao Pro-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPP)**

**Objetivo Geral:**

Propor as áreas responsáveis pela extensão, pesquisa e infraestrutura da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), alternativas de aprimoramento das ações, que envolvem o tema sustentabilidade e que possuem como público afetado os discentes.

**Objetivos Específicos:**

1. Reunir as ações de divulgação, conscientização e capacitação relacionadas com os discentes publicadas nos PLS das UF'S brasileiras;
2. Apontar o registros de projetos de pesquisa e extensão relacionados com o tema sustentabilidade das UF'S brasileiras e verificar se as mesmas os dão incentivos.
3. Descrever se há relação entre projetos de pesquisa e extensão com as ações do Plano de Gestão de Logística Sustentável.
4. Descrever como o tema sustentabilidade é abordado nas áreas responsáveis pela extensão, pesquisa e infraestrutura da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

1. Com relação a temática da sustentabilidade, na sua opinião há significativo número de projetos de pesquisa sendo desenvolvidos na UFMS?
2. Na sua opinião há equidade na distribuição dos projetos de pesquisa por áreas de conhecimento? Quais áreas se destacam mais nessa temática? Por que?
3. A UFMS possui algum projeto de pesquisa na área sustentável que tem destaque nacional ou regional?
4. A UFMS possui incentivos específicos para projetos de pesquisa nessa área? Em caso afirmativo, quais?
5. Na sua opinião é necessário estimular mais projetos de pesquisa na área da sustentabilidade? De que forma isso poderia ser feito?
6. Na pró-reitoria de sua responsabilidade já surgiram propostas de estimular projetos de pesquisa que visem aprimorar as ações do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFMS? Mencione facilidade e dificuldades na execução da proposta.
7. Na sua opinião os projetos de pesquisa relacionados ao tema sustentabilidade possibilitam a formação de profissionais mais sensíveis a essa temática?

## ANEXO 4: ENTREVISTA 3

### **Roteiro de entrevista semi-estruturado ao Pro-reitor de Infraestrutura (PROINFRA)**

#### **Objetivo Geral:**

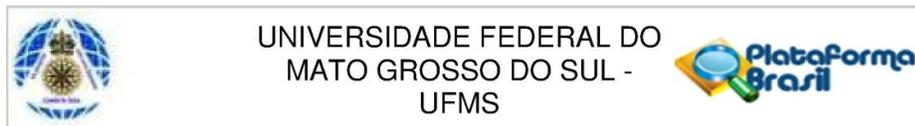
Propor as áreas responsáveis pela extensão, pesquisa e infraestrutura da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), alternativas de aprimoramento das ações, que envolvem o tema sustentabilidade e que possuem como público afetado os discentes.

#### **Objetivos Específicos:**

1. Reunir as ações de divulgação, conscientização e capacitação relacionadas com os discentes publicadas nos PLS das UF'S brasileiras;
2. Apontar o registros de projetos de pesquisa e extensão relacionados com o tema sustentabilidade das UF's brasileiras e verificar se as mesmas os dão incentivos.
3. Descrever se há relação entre projetos de pesquisa e extensão com as ações do Plano de Gestão de Logística Sustentável.
4. Descrever como o tema sustentabilidade é abordado nas áreas responsáveis pela extensão, pesquisa e infraestrutura da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

1. Quando o Pls foi elaborado houve a preocupação em criar ações específicas para os discentes?
2. Há um sistema que possibilita os discentes colaborarem na criação e elaboração das ações do Pls?
3. Na sua opinião qual dos sete temas mínimos do pls (água e esgoto, energia elétrica, coleta seletiva, compras e contratações sustentáveis, deslocamento de pessoal, material de consumo e qualidade de vida no trabalho) tem maior relação com os discentes?
4. Na sua opinião, qual ação do PLS teve maior participação de discentes? Por quê?
5. Na sua opinião estimular projetos de pesquisa e de extensão com o intuito de aprimorar as ações do Pls pode ser benéfico para despertar a sensibilidade dos acadêmicos para o tema sustentabilidade?
6. A pró-reitoria de sua responsabilidade já propôs para as pró-reitorias de pesquisa e de extensão proposta de vincular algum projeto para aprimorar as ações do Pls? Mencione facilidades e dificuldades na execução da proposta.

## ANEXO 5: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** O tema sustentabilidade e discentes: uma proposta para a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

**Pesquisador:** milena missiano comeron ribeiro

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 51384415.4.0000.0021

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 1.370.694

**Apresentação do Projeto:**

A sustentabilidade, recentemente, tem sido alvo de interesse tanto dos governos, como da própria sociedade. Esta pesquisa trata da abordagem que as universidades federais possuem com os seus discentes em relação a esse tema. Objetivando propor as áreas responsáveis pela extensão, pesquisa e infraestrutura da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, alternativas de aprimoramento das ações, que envolvem o tema sustentabilidade e que possuem como público afetado os discentes. Serão utilizados como instrumentos de pesquisa a entrevista semi-estruturada e a análise de documentação de fontes secundárias, provenientes principalmente de informações disponibilizadas via internet, com destaque para os sites institucionais das Universidades Federais e o site oficial do governo do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGPROJ). Os resultados serão apresentados na forma de Trabalho de Conclusão Final do Programa de Mestrado, na tentativa de sugerir alternativas de aprimoramento, no trato das ações de sustentabilidade, para as áreas de pesquisa, extensão e infraestrutura, direcionadas aos acadêmicos.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

O objetivo principal será propor as áreas responsáveis pela extensão, pesquisa e infraestrutura da

**Endereço:** Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS  
**Bairro:** Caixa Postal 549 **CEP:** 79.070-110  
**UF:** MS **Município:** CAMPO GRANDE  
**Telefone:** (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** bioetica@propp.ufms.br



Continuação do Parecer: 1.370.694

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, alternativas de aprimoramento das ações, que envolvem o tema sustentabilidade e que possuem como público afetado os discentes.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

O risco da pesquisa será um possível constrangimento dos pró-reitores ao responderem alguns questionamentos da entrevista, ficando garantido a recusa em responder, sem nenhum prejuízo ao participante.

Benefícios:

Será proposto as áreas de extensão, pesquisa e infraestrutura da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul alternativas de aprimoramento das ações que envolvem o tema sustentabilidade e que se direcionam para os discentes.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A presente pesquisa com relação aos seus objetivos é de caráter exploratório com abordagem qualitativa. Foram utilizados como instrumentos de pesquisa a entrevista semi-estruturada e a análise de documentação de fontes secundárias, provenientes principalmente de informações disponibilizadas via internet, com destaque para os sites institucionais das Universidades Federais e o site oficial do governo do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGPROJ). A tipologia amostral é não probabilística por acessibilidade e conveniência, ficando restrita apenas as Universidades Federais do País. A fim de alcançar os objetivos do trabalho a pesquisa foi dividida em 5 etapas, sendo elas:

1. De forma a cumprir o objetivo específico de reunir as ações de divulgação, conscientização e capacitação relacionadas com os discentes publicadas nos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) das Universidades Federais, será realizada a busca dos PIs divulgados nos sites institucionais das universidades federais para coletar as ações de conscientização, capacitação e divulgação direcionadas aos discentes, para posterior agrupamento de acordo com os sete temas mínimos descritos na Instrução Normativa nº 12 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, e categorizadas de acordo com as dimensões da sustentabilidade de Sachs (1993).
2. Visando analisar os registros de projetos de extensão das universidades federais que abordam o tema sustentabilidade, será realizada a busca dos projetos com título ou palavra-chave, empregando o termo "sustentabilidade", cadastrados no Sigproj, concluídos e com relatório final, datados de 2009 a 2014, de cada universidade federal, e posteriormente agrupá-los de acordo com as áreas de conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e categorização de acordo com as imensões da sustentabilidade de Sachs (1993).

**Endereço:** Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS  
**Bairro:** Caixa Postal 549 **CEP:** 79.070-110  
**UF:** MS **Município:** CAMPO GRANDE  
**Telefone:** (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** bioetica@propp.ufms.br



Continuação do Parecer: 1.370.694

3. Visando analisar os registros de projetos de pesquisa das universidades federais que abordam o tema sustentabilidade, será contado, via e-mail institucional, cada universidade federal solicitando orientação para acessar o banco de projetos. Posteriormente os projetos, detectados em seu título ou palavra-chave o termo "sustentabilidade", serão agrupados de acordo com as áreas de conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e categorização de acordo com as dimensões da sustentabilidade de Sachs (1993).
4. Visando analisar os registros de projetos de pesquisa, será questionado, via e-mail institucional, as universidades federais, que foram detectados projetos de pesquisa, se existe incentivo da instituição para estimular a elaboração de pesquisa na área da sustentabilidade.
5. A entrevista semi-estruturada, de aproximadamente 60 minutos, com os pró-reitores da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e da Pró-Reitoria de Infraestrutura da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, visando descrever como o tema sustentabilidade é abordado nessas áreas.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Folha de rosto aceite pela coordenadora do PROFIAF/UFMS.

TCLE adequado.

Orçamento adequado, de responsabilidade da pesquisadora.

Cronograma adequado.

Roteiro de entrevista semi-estruturada adequado.

**Recomendações:**

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Pendências atendidas.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_624926.pdf	09/12/2015 14:58:11		Aceito
Outros	termo_compromisso_banco_dados2.pdf	09/12/2015 14:55:57	milena missiano comeron ribeiro	Aceito
Outros	termo_compromisso_banco_dados1.pdf	09/12/2015 14:55:06	milena missiano comeron ribeiro	Aceito
Outros	roteiro_entrevista_semi_estruturada.	08/12/2015	milena missiano	Aceito

**Endereço:** Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS

**Bairro:** Caixa Postal 549 **CEP:** 79.070-110

**UF:** MS **Município:** CAMPO GRANDE

**Telefone:** (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** bioetica@propp.ufms.br



Continuação do Parecer: 1.370.694

Outros	docx	12:48:04	comeron ribeiro	Aceito
Outros	carta_informativa.docx	08/12/2015 12:47:39	milena missiano comeron ribeiro	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_sustentabilidade_discentes_prop osta_ufms.doc	08/12/2015 12:39:23	milena missiano comeron ribeiro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.docx	08/12/2015 12:37:44	milena missiano comeron ribeiro	Aceito
Outros	carta_anuencia.pdf	27/11/2015 11:04:16	milena missiano comeron ribeiro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_consentimento.pdf	27/11/2015 10:33:08	milena missiano comeron ribeiro	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	27/11/2015 10:23:56	milena missiano comeron ribeiro	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CAMPO GRANDE, 16 de Dezembro de 2015

Assinado por:  
**PAULO ROBERTO H Aidamus de Oliveira Bastos**  
 (Coordenador)

**Endereço:** Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS  
**Bairro:** Caixa Postal 549 **CEP:** 79.070-110  
**UF:** MS **Município:** CAMPO GRANDE  
**Telefone:** (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** bioetica@propp.ufms.br